SUPLEMENTO ESPECIAL

Nesta e na primeira parte de um texto de Nahuel Moreno, dirigente revolucionário argentino fundador da LIT-QI, sobre o

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nesta e na primeira parte de um texto de nahuel moreno, dirigente revolucionário argentino fundador da LIT-QI, sobre o tema. Este texto sistematiza as posições de Lênin e Trotsky acerca da natureza de tais governos e fi escrito quando das eleições de Mitterrand na França em 1981.

PÁGINA 12

LULA E BUSH

Nesta e na primeira parte de um texto de nahuel moreno, dirigente revolucionário argentino fundador da LIT-QI, sobre o tema. Este texto sistematiza as posiçõe

JAMES PETRAS

Nesta e na primeira parte de um texto de nahuel moreno, dirigente revolucionário argentino fundador da LIT-QI, sobre o tema. Este texto sistematiza as posições de Lênin e Trotsky acerca da natureza de tais governos e fi escrito quando das eleições de Mitterrand na França em 1981.

PÁGINA 12

QUE LULA ROMPA COM A ALCA E O FMI!

AOS LEITORES

O **Opinião Socialista** 142 é o último jornal deste ano. Durante 2002 nos esforçamos para oferecer aos ativistas do movimento operário, popular e estudantil deste país um jornal a altura dos grandes acontecimentos, debates e desafios enfrentados pela classe trabalhadora, que expressasse uma clara tomada de posição do ponto de vista do marxismo revolucionário e do internacionalismo proletário.

Nos alegramos, em particular, de fazer do **Opinião Socialista** mais um palanque para a divulgação e organização da grande campanha e do Plebiscito sobre a Alca, que recolheu mais de 10 milhões de votos contra a criação deste Acordo para Legalizar a Colonização da América Latina.

Por outro lado, é para nós motivo de orgulho ter conseguido sustentar nas páginas do **Opinião Socialista** durante toda a campanha eleitoral uma polêmica pública com a candidatura de Lula, o programa e as alianças do Partido dos Trabalhadores e fazer deste jornal o porta-voz da candidatura de Zé Maria à Presidência da República, da defesa de um programa anti-capitalista para o país e da independência de classe dos trabalhadores.

Também não podemos esquecer o espaço reservado para as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade e as campanhas que divulgamos em defesa de inúmeras greves, manifestações e ocupações de terra.

Esperamos ter cumprido com o dever de colocar em primeiro plano a luta contra o imperialismo, em particular o norte-americano, seja no que diz respeito à sua política de recolonização, à luta contra a agressão militar sobre o Afeganistão e agora contra o Iraque e em divulgar as lutas dos trabalhadores e dos povos oprimidos desde a Argentina até a Palestina.

Em 2003 teremos novos e grandes desafios. O maior e mais importante deles será, com certeza, expressar de maneira clara e objetiva nossas análises, caracterizações e políticas sobre o governo Lula, no sentido de "explicar pacientemente" à classe trabalhadora o verdadeiro significado deste governo de conciliação de classes, que se propõe a administrar a crise dos planos neoliberais e os negócios da burguesia e levantar a necessidade de que os trabalhadores preparem uma "primeira onda" de lutas para exigir o cumprimento de suas reivindicações.

Por fim, estaremos de volta com o primeiro número do **Opinião Socialista** em 2003, na segunda quinzena de janeiro. O OS 143 refletirá as análises e políticas do **PSTU** diante das primeiras medidas do governo Lula e nossas posições sobre o 3° Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Boas festas e feliz ano novo,
A redação

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*
Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Euclides de Agrela

REDAÇÃO
Euclides de Agrela, Fernando Silva, Luiza Casteli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

REVISÃO
Leandro Paixão

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Eduardo Almeida, Ruy Braga

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

NOTAS

A revista Marxismo Vivo Nº 6 já está pronta. Adquira a sua com o companheiro que te vendeu este jornal por apenas 10 reais. Abaixo, publicamos a relação com alguns dos principais artigos deste número:

Marxismo Vivo
Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 6 - novembro de 2002
Iraque: guerra com cheiro de petróleo
Brasil: a Frente Popular chega ao poder

Bush continua a guerra contra os povos
José Welmowicki

O novo despertar da classe operária inglesa
Bill Hunter

Venezuela: uma revolução na encruzilhada
Américo Gomes

Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral
James Petras

Am. Latina se une contra a Alca
Euclides de Agrela

O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária
Mariucha Fontana

O império contra-ataca
Tom Lewis

Coca: narcotráfico e recolonização
Jaime Vilela

O Trotskismo Operário e Internacionalista na Argentina
Ernesto González

COMPANHEIRO LEONARDO ATÉ O SOCIALISMO SEMPRE!

É com muito pesar que informamos o falecimento do estudante **Leonardo José Rocha de Castro**, o Buda, como era conhecido entre os estudantes. Com 24 anos e graduando do 4ºperíodo do Instituto de Física da UFRJ, Leonardo faleceu no dia 27 de novembro, de insuficiência cardíaca em decorrência de um ataque epilético. Coordenador-geral do CA de Física e militante do PSTU, Leonardo foi uma grande expressão da luta pela democracia na universidade quando sua candidatura para diretor do Instituto de Física, embora contrariasse a LDB, foi a mais votada na última eleição.

Com saudades reafirmamos que sua história estará em nossa memória e em nossos corações. Muita falta nos fará! Porém, nos momentos em que empunharmos a bandeira do socialismo, a lembrança deste valioso companheiro nos dará mais força para seguir em frente.

Devo uma canção ao companheiro,
Ao companheiro de perigo, ao da vitória
Lhe devo uma canção de canto novo
Uma bandeira comum que tremula com a história

Silvio Rodriguez

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA

NOME
ENDEREÇO
CIDADE ESTADO
CEP TELEFONE
E-MAIL

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 36,00	❑ 1x R$ 72,00
❑ 2x R$ 18,00	❑ 2x R$ 36,00
❑ 3x R$ 12,00	❑ 3x R$ 24,00
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ ....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

- **SEDE NACIONAL**
  R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - (11)5575.6093 - *pstu@pstu.org.br* *www.pstu.org.br*
- **ALAGOINHAS (BA)**
  R. Alex Alencar, 16 -Terezópolis - *alagoinhas@pstu.org.br*
- **ARACAJU (SE)**
  Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia *aracaju@pstu.org.br*
- **BAURU (SP)**
  R. Presidente Kennedy, 8-63 - Centro - (14)232.7537- *bauru@pstu.org.br*
- **BELÉM (PA)**
  R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - (91)225.3177 - *belem@pstu.org.br*
- **BELO HORIZONTE (MG)**
  Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô) (31)3222.3716 - *bh@pstu.org.br*
- **BRASÍLIA (DF)**
  EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166 - (61)224-2216 - *brasilia@pstu.org.br*
- **CAMPINAS (SP)**
  R. Dr. Quirino, 651 - (19)3235.2867- *campinas@pstu.org.br*
- **CAXIAS DO SUL (RS)**
  (54)9974-4307
- **CONTAGEM (MG)**
  Rua França, 532 Sala 202 - Eldorado
- **CURITIBA (PR)**
  R. Alfredo Buffren, 29, sala 4, Centro
- **DIADEMA (SP)**
  R. dos Rubis, 359 - Centro (11)9891-5169 *diadema@pstu.org.br*
- **DUQUE DE CAXIAS (RJ)**
  R. das Pedras, 66/01, Centro
- **FLORIANÓPOLIS (SC)**
  Rua Nestor Passos, 104 Centro (48)225.6831 - *floripa@pstu.org.br*
- **FORTALEZA (CE)**
  Av. da Universidade, 2333 (85)221.3972 - *fortaleza@pstu.org.br*
- **FRANCO DA ROCHA (SP)**
  R. Benedito Fagundes Marques, 215 - Sala 2 -Centro
- **GOIÂNIA (GO)**
  R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)202-4905
- **GUARULHOS (SP)**
  R.Miguel Romano, 17 - Centro (11)64410253
- **JACAREÍ (SP)**
  R. Luiz Simão,386 - Centro - (12)3952-9550
- **JOÃO PESSOA (PB)**
  R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - (83)241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*
- **JUIZ DE FORA (MG)**
  Travessa Antônio Alves Souza, 16 - B. Santa Catarina (32)9966-1136/ 9979-8664
- **MACAPÁ (AP)**
  Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - (96)9963.1157 - *macapa@pstu.org.br*
- **MACEIÓ (AL)**
  R. Inácio Calmon, 61 - Poço - (82)971.3749
- **MANAUS (AM)**
  R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - (92)234.7093 - *manaus@pstu.org.br*
- **MUCURI (BA)**
  R. Jovita Fontes, 430 - Centro (73)206.1482
- **NATAL (RN)**
  R. Dr. Heitor Carrilho, 70 Cidade Alta - (84)201.1558
- **NITERÓI (RJ)**
  R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - (21)2717.2984 - *niteroi@pstu.org.br*
- **NOVA IGUAÇU (RJ)**
  R. Cel. Carlos de Matos, 45
- **PASSO FUNDO (RS)**
  XV Novembro, 1175 - Centro - (54)9982-0004
- **PELOTAS (RS)**
  (53)9104-0804 - *pstupelotas@yahoo.com.br*
- **PORTO ALEGRE (RS)**
  R. General Portinho, 243 (51)3286.3607 - *portoalegre@pstu.org.br*
- **RECIFE (PE)**
  R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 - *recife@pstu.org.br*
- **RIBEIRÃO PRETO (SP)**
  R. Saldanha Marinho,87 - Centro - (16)637.7242 - *ribeiraopreto@pstu.org.br*
- **RIO GRANDE (RS)**
  (53)9977.0097
- **RIO DE JANEIRO (RJ)**
  rio@pstu.org.br

  Praça da Bandeira
  Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689

  Zona Oeste
  Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ
- **SANTA MARIA (RS)**
  (55)9989.0220 - *santamaria@pstu.org.br*
- **SALVADOR (BA)**
  R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris - (71)328-6729 *salvador@pstu.org.br*
- **SANTO ANDRÉ (SP)**
  R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos - (11)4427-4374 *www.pstunoabc.hpg.com.br*
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
  R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11)4339-7186 e 6832-1664 *pstusaopaulo@ig.com.br*
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)**
  R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845-*sjc@pstu.org.br*
- **SÃO LEOPOLDO (RS)**
  R. São Caetano, 53
- **SÃO LUÍS (MA)**
  (98)276.5366 / 9965-5409 - *saoluis@pstu.org.br*
- **SÃO PAULO (SP)**
  saopaulo@pstu.org.br

  Centro
  R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5572.5416

  Zona Sul
  Santo Amaro: R. Cel. Luis Barroso, 415 -(11)5524-5293
  Campo Limpo: R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

  Zona Leste
  Av. São Miguel, 9697 Praça do Forró - São Miguel - (11)6297.1955

  Zona Oeste
  Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483 Butantã - (11)3735.8052

  Zona Noroeste
  R. Filomeno Bochi Pilli, 140, sala 5 - Freguesía de O' (11)3978.2239
- **SUZANO (SP)**
  Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro (11) 4742-9553
- **TEREZINA (PI)**
  R. Quintino Bocaiúva, 778/n.
- **UBERABA (MG)**
  R. Tristão de Castro, 191 - (34)312.5629 *uberaba@pstu.org.br*
- **VITÓRIA (ES)**
  Av. Governador Bley, 186 - Sala 611 - ed. Bemge -Centro

SALÁRIO NÃO É VILÃO, É VÍTIMA

CAMPANHA DE EMERGÊNCIA JÁ!

Ao apagar das luzes de 2002, os preços dispararam de forma generalizada. Todas as empresas estão "reajustando" suas margens de lucro. Fala-se que a inflação para o "consumidor" ficará entre 10,6% e 11%, mas isso não é de jeito nenhum o valor real que os salários estão perdendo no seu poder de compra.

A patronal está promovendo um verdadeiro confisco nos salários da classe trabalhadora. Quem ganha até cinco ou mesmo dez salários mínimos verá que está gastando de 20% a 30% mais para comprar as mesmas coisas que comprava antes.

Só o comércio de São Paulo , segundo o Índice de Varejo (IV), está fechando o ano com reajuste geral de preços de 25%. Os alimentos, as tarifas públicas (luz, telefone), gás e gasolina, dispararam. O óleo de soja subiu 68,9%, o arroz 31%, o pão francês 52,3%, o açúcar 52,1%. A conta de luz foi reajustada três vezes em 2002, só em agosto os aumentos variaram de 14% a 20%. O salário mínimo não compra sequer a Cesta Básica hoje.

Para piorar vem aí aumento nas tarifas de ônibus. Em São Paulo, a prefeita Marta Suplicy quer instituir uma taxa de cobrança na coleta de lixo – em valores que irão de R$ 6,00 a R$ 64,00.

O bolso da classe trabalhadora está se esvaziando, mas as margens de lucro das grandes empresas e bancos vão muito bem. Só os 6 maiores bancos brasileiros lucraram R$ 27 bilhões este ano com os juros da dívida do governo.

PROPAGANDA ENGANOSA

A TV mostra a volta do "dragão" da inflação e dá a "receita" para "derrotá-lo": não "indexar" os salários. Mas a única coisa não reajustada de acordo com a alta do dólar neste momento é o salário, porque, na prática, o resto está atrelado à variação cambial. Eles têm a cara-de-pau de dizer que a inflação pode "sair de controle" se os salários forem reajustados, mas houve uma queda real na renda dos trabalhadores em 23% nos últimos anos.

Neste momento a burguesia está aumentando preços e não quer aumentar os salários. O pior é que o governo eleito de Lula vem a público defender a mesma coisa que a burguesia: "nenhuma indexação de salário", repete Palocci, copiando Pedro Malan.

> **A ÚNICA COISA NÃO REAJUSTADA NESTE MOMENTO É O SALÁRIO, PORQUE O RESTO ESTÁ ATRELADO À VARIAÇÃO CAMBIAL**

SALÁRIO REAL EM QUEDA LIVRE

Das categorias que tiveram data base até novembro, apenas 26% conseguiram a reposição do índice oficial de inflação, – 10,6%. Mesmo as que tiveram, nem bem fecharam acordo, tiveram um roubo de mais de 3% no mês seguinte.

O funcionalismo federal, por sua vez, amarga 8 anos sem aumento, sendo que os funcionários estaduais, além do arrocho, em vários estados estão com o 13º atrasado.

Neste quadro, a proposta de salário mínimo de R$ 240,00 não significará sequer aumento real. E reajuste de apenas 4% para o salário do funcionalismo – como está previsto no Orçamento de FHC e vem sendo defendido por Palocci – não passa de uma provocação.

No caso do funcionalismo, o velho argumento usado por FHC vem sendo repetido pela equipe do PT. Dizem eles que não há dinheiro suficiente no Orçamento: um aumento maior para o funcionalismo ou estouraria a "Lei de Responsabilidade Fiscal" ou tiraria dinheiro dos mais pobres. A verdade é que 75% do orçamento está comprometido com o pagamento de juros aos banqueiros como quer o FMI, juros aliás que subiram de 18% para 22% e que o Banco Central promete aumentar ainda mais este mês.

CAMPANHA DE EMERGÊNCIA

É preciso unir os trabalhadores que terão data base no primeiro semestre, o funcionalismo, os aposentados e os que tiveram data base agora numa campanha salarial de emergência e exigir reposição automática (gatilho) cada vez que a inflação atinja 3%.

Os ricos que façam sacrifícios e paguem o preço da crise. Chega de arrocho! A patronal que diminua seus lucros e pague melhores salários. E o governo Lula, que rompa com o FMI, com a Fiesp e Febraban para garantir mudanças. Entre elas um salário mínimo de 100 dólares, como reivindicava a CUT até o ano passado, e o aumento do funcionalismo, ao invés de jogar o peso da crise nas costas da classe trabalhadora ■

FALA ZÉ MARIA

Sobre Reformas, Implosões e defesa de Direitos

A grande imprensa tem dado repercussão ao debate aberto pelo novo governo e também de setores do movimento sindical, sobre a necessidade da Reforma Trabalhista e da Legislação sobre Organização Sindical. O presidente da CUT chegou a falar em "implosão" da atual estrutura sindical, no que foi prontamente aplaudido em editorial do "Estadão".

A reforma da Legislação sobre Organização Sindical é defendida com argumentos de que a estrutura sindical atual é ultrapassada e antidemocrática, que o imposto sindical só serve para alimentar pelegos e atrelar os sindicatos ao Estado etc. Esses argumentos não resistem a uma crítica séria. Senão, vejamos.

Em primeiro lugar, é verdade que a estrutura é ultrapassada e antidemocrática. Só que é preciso lembrar que foi dentro de uma estrutura pior que essa que a classe trabalhadora protagonizou uma das maiores ondas de greves que esse país já viveu, no final da década de 70 e início da década de 80. A estrutura atrapalha? Atrapalha. Impede? Não.

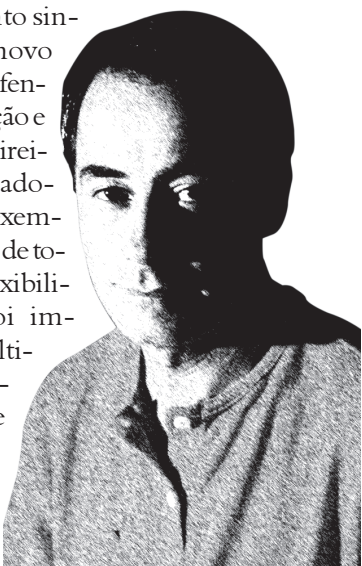
É preciso buscar outra explicação para o arrefecimento das lutas na década de 90: a adoção de práticas sindicais voltadas para a parceria e conciliação de classes, dentro da própria CUT – como os acordos das câmaras setoriais.

Segundo, é verdade também que o imposto sindical serve, na maioria dos casos, para alimentar pelegos e atrelar os sindicatos ao Estado. Mas, é possível, mesmo sem mudar a atual legislação, impedir o desconto do imposto sindical (como já o fazem, por exemplo, os Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e do ABC e o Sindicato dos Bancários de São Paulo), ou simplesmente devolvê-lo para a categoria.

> **O MOVIMENTO SINDICAL FRENTE AO NOVO GOVERNO DEVE DEFENDER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

Mas não se pode deixar de reconhecer que a pior forma de financiamento de pelegos e de atrelamento ao Estado tem sido a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Que é defendida ardorosamente por aqueles que denunciam o caráter "atrelador" do imposto sindical. Não nos esqueçamos que o imposto sindical é descontado do trabalhador e repassado automaticamente ao sindicato pela Caixa Econômica Federal, enquanto a liberação dos recursos do FAT depende de negociações com o governo de turno e da anuência do Ministério do Trabalho.

O movimento sindical frente ao novo governo deve defender a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, a revogação de toda legislação flexibilizadora que foi implantada nos últimos anos, a redução da jornada de trabalho para 36 horas, a proibição de horas extras, a volta da aposentadoria especial, proteção contra tarefas e ritmos de trabalho geradores de LER/DORT etc.

No âmbito sindical, lutar pelo pleno direito de greve, fim do poder normativo da justiça do trabalho, proibição da demissão imotivada, garantia da ultratividade (ou seja: manutenção das cláusulas do acordo anterior até a realização de um novo acordo coletivo), direito de organização dentro das empresas, proteção do exercício da ação sindical, anistia para os dirigentes e ativistas perseguidos pelo Estado e empresas ■

A esquerda e o consenso neoliberal
TRÊS LIÇÕES SOBRE O "FOME ZERO"

O "FOME ZERO" VEM SENDO VENTILADO COMO O GRANDE PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO LULA. SERIA ESTE UM PONTO POSITIVO DA FUTURA GESTÃO PESTISTA, UMA MEDIDA "PROGRESSIVA" A SER APOIADA PELA ESQUERDA SOCIALISTA?

FOTO DE SALOMÃO SANTANA

RUY BRAGA,
Secretário de Redação da revista Outubro

Deixemos de lado o falso debate impulsionado pelas declarações de Fernando Henrique, a respeito da inexistência da fome no Brasil, em relação ao número de famintos, se o conceito de fome é válido, se parcelas da classe trabalhadora não vivem, na verdade, subnutridas...

Mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fundo de População das Nações Unidas não puderem negar que 54 milhões de brasileiros, ou 32% da população, vivem com menos de meio salário mínimo (R$ 100,00) por mês. Ninguém, em sã consciência, poderá afirmar que estas pessoas não passem fome.

Se a fome brasileira é menos concentrada do que a africana não significa que seja menos dramática ou que não exista, a não ser na cabeça dos burocratas do governo, sempre ocupados em ocultar a realidade com conceitos, números e estatísticas oficiais.

Partindo desta constatação, ninguém na esquerda poderia ser contra um programa como o "Fome Zero" (FZ), cujo objetivo alardeado é combater a fome. Certo? Errado.

Senão, vejamos. Em recente visita ao Pará, James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, declarou estar entusiasmado com o esforço do governo recém eleito em combater a fome. Elogiou o FZ e afirmou que pretende "apoiar e aprender" com o governo Lula.

A aprovação do presidente de uma das principais instituições financeiras imperialistas representa muito em termos de "credibilidade". Ajuda a asfaltar o caminho desenhado pelo respeito aos "compromissos" com a agiotagem internacional. Ou seja, da "transição" pacífica e sem contradições do neoliberalismo da era FHC ao social-liberalismo do PT, com o objetivo de controlar a crise capitalista nos marcos da ordem estabelecida.

"Nós (do Banco Mundial) queremos desempenhar um papel melhor para o país, se o governo desejar. O projeto (FZ) é urgente, é possível e é prático de fazer", chegou a dizer Wolfensohn. Pois bem, tomemos as intenções com seriedade. Quais as lições que o FZ pode realmente oferecer ao presidente do Banco Mundial? Três delas nos parecem bastante claras.

1ª LIÇÃO: MUDAR PARA CONSERVAR O QUE ESTÁ CAMBALEANDO

Em primeiro lugar, tendo em vista as limitações orçamentárias reconhecidas e aceitas pelo governo eleito, o modo de financiamento do FZ corresponde à lógica neoliberal de "racionalizar" recursos para garantir a "normalidade" fiscal. Traduzindo: economizar para pagar juros da dívida pública. Assim, o dinheiro virá de fontes já existentes e competirá com as antigas políticas compensatórias do governo FHC.

O Seguro Desemprego (R$ 5,7 bilhões), o Benefício de Prestação Continuada (R$ 3,8 bilhões), o Renda Mensal Vitalícia (R$ 1,9 bilhão), o Bolsa Escola Federal (R$ 1,8 bilhão), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (R$ 503 milhões), o Bolsa Alimentação (R$ 360 milhões); traduzem as fontes de financiamento do FZ.

Evidentemente, o FZ ainda será bastante modificado e não estão descartadas fontes extra-orçamentárias. O presidente da CUT, João Felício, por exemplo, está falando num fundo salarial composto pelo depósito de uma jornada semanal (atualmente em 44h) de cada trabalhador por ano para o combate à fome. Foi ventilado também o desejo de Lula em ver a "sociedade civil" depositando contribuições em contas "solidárias" de combate à fome, bem ao estilo do "Criança Esperança" da *Rede Globo*. Sem falar nos 110 milhões de dólares de um programa do Banco Mundial para a construção de cisternas no nordeste, que ainda não foram liberados mas já se encontram disponíveis.

Se considerarmos os últimos debates sobre o reajuste do mínimo, a reforma da previdência e a reforma fiscal, as fontes extra-orçamentárias serão imprescindíveis porque não há dúvidas de que faltarão recursos: o FZ, no que diz respeito ao financiamento da União, será completamente insuficiente para resolver o problema da fome que atinge 9,3 milhões de famílias brasileiras.

A mudança, na verdade, adviria de uma alteração no "foco" das políticas compensatórias. O combate ao flagelo da fome transforma-se em "prioridade" da política social petista. Os demais programas submetem-se ao novo "enfoque". O Estado não gasta além da conta e continua pagando juros para a agiotagem internacional.

2ª LIÇÃO: ADMINISTRAR A CRISE DO ESTADO BURGUÊS

Diante da certeza de um começo de mandato centrado na administração da crise econômica, o FZ desempenha um papel essencial: garantir, perante as massas populares, uma "cortina de fumaça" para o primeiro ano do governo Lula.

Aumento da inflação, recessão, arrocho salarial, crescimento do desemprego, dívidas dos Estados, crise da dívida pública, queda dos investimentos externos, possibilidade de uma nova guerra no Golfo... O cenário da crise já se encontra montado e a esperança das massas por mudanças na orientação da política econômica recessiva não tardará a se esgotar diante da aceitação do acordo com o FMI por parte do governo do PT. Ora, se a crise vier com a força esperada e as cobranças fatalmente aparecerem, sempre se poderá dizer que o governo Lula está prioritariamente preocupado com o combate à fome.

Deste ponto de vista, o FZ difere das políticas compensatórias do governo FHC: o apelo é muito mais eficiente. O objetivo é fazer com que o programa seja capaz de fazer com que a lógica neoliberal de administração da crise social ganhe um evidente apelo popular.

Além disso, buscará incorporar o MST, por meio da reativação da agricultura familiar, à política da administração da crise do Estado em uma clara tentativa de frear a luta no campo. Não é por acaso que os assentamentos de sem-terras e o apoio aos pequenos agricultores encontram-se entre as prioridades levantadas pelo FZ para o próximo ano.

Não é demais esclarecer: a criação de linhas de financiamento emergenciais no Banco do Brasil e no BNDES para os agricultores que perderam a última safra aproveitarem a chamada "safrinha", cujo plantio ocorre em fevereiro e a colheita em julho, por exemplo, dependem da análise do orçamento e da avaliação da estrutura de financiamento hoje disponíveis.

Assim, também em relação à agricultura familiar e aos assentamentos dos sem-terra, o FZ não pode ser considerado como uma "bela proposta". Mas que "bela proposta" é essa que repousa sobre antigos recursos?

Nunca é demais lembrar que, com a crise da Argentina, o FZ também poderá servir como um interessante instrumento de integração de parte do comércio agrícola regional, servindo como uma "válvula de escape" para a desagregação do Mercosul.

Em suma, o FZ representa um instrumento bastante engenhoso de diminuição dos potenciais conflitos do PT com as massas. O governo Lula – que se nega a reajustar o salário mínimo em direção a um patamar anteriormente defendido pelos próprios parlamentares petistas em US$ 100 (hoje R$ 350,00) – buscará minimizar a decepção popular com a propaganda proveniente da implantação do programa.

A linha de raciocínio petista é muito clara: não discutiremos o salário mínimo ou aumento dos recursos para fins de reforma agrária pois estamos empenhados em combater a fome; para combater a fome é preciso concluir a reforma do Estado, o que nos garantirá o aumento dos recursos orçamentários.

Desta forma, as reformas trabalhista, tributária e fiscal, mas, sobretudo, a reforma da previdência, ganham uma função "social" bastante visível: contribuir com a captação de recursos para o combate à fome. Dito de maneira direta: o FZ depende fundamentalmente da aprovação das reformas previdenciária e trabalhista para ser implementado de verdade.

Ou seja, o combate à fome será realizado sobre a base da eliminação de direitos sociais – sobretudo, no caso do funcionalismo público – conquistados ao longo de décadas de lutas da classe trabalhadora brasileira. Isso sem falar que o governo Lula, ao que tudo indica, conservará a vergonhosa estrutura de tributação que se nega a taxar os lucros dos grandes capitalistas, a pretexto de estimular a produção – conforme o velho discurso neoliberal.

3ª LIÇÃO: RENOVAR O ASSISTENCIALISMO PARA CONTINUAR CAPITALIZANDO VOTOS

Lendo as inúmeras propostas produzidas pela equipe liderada por José Graziano percebe-se que, do ponto de vista conceitual, o FZ não representa grande novidade em relação às políticas sociais compensatórias testadas e implementadas por governos neoliberais ou mesmo petistas.

Em linhas bem gerais, o "Fome Zero" parece uma combinação do "Programa do Leite" do governo Sarney, do "Bolsa Escola" do governo FHC e do "Bom Prato" do governo Alckimin, em São Paulo. Isso tudo somado ao apoio à pequena produção agrícola e à participação de ONG's (organizações não-governamentais), incluindo a Igreja Católica, na gestão dos 25 programas prioritários do FZ.

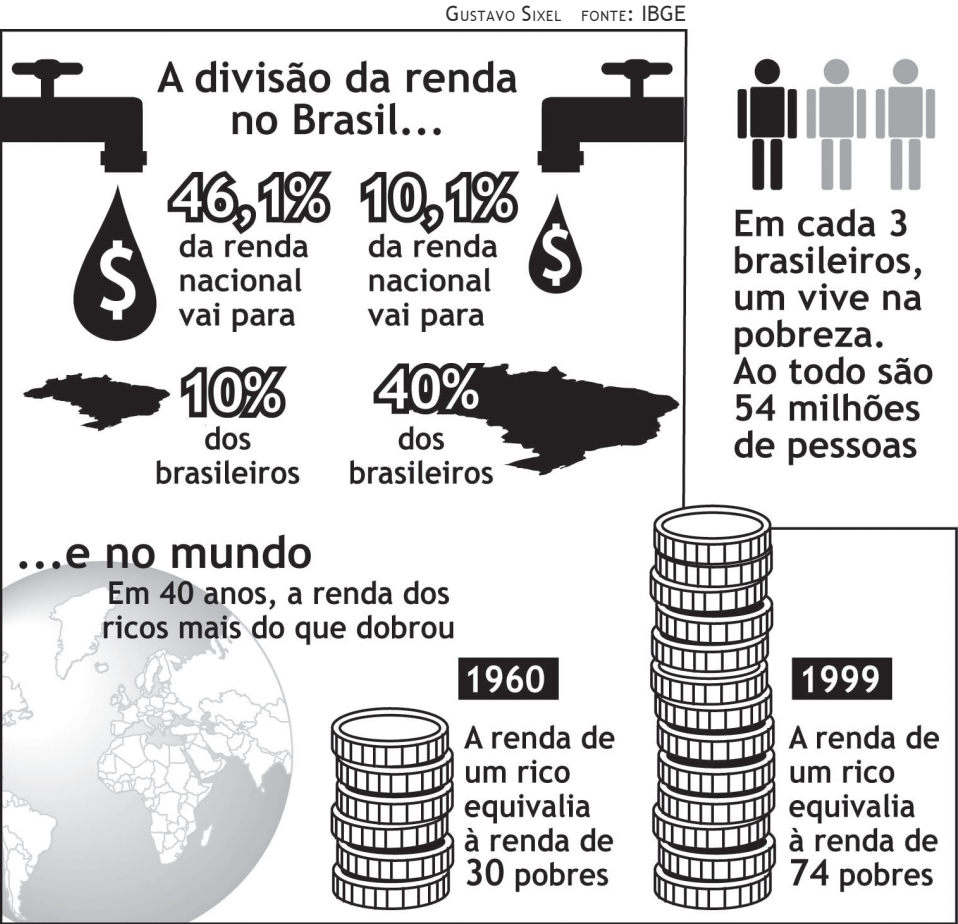
Nos centros urbanos mais desenvolvidos serão utilizados cartões magnéticos a serem creditados com recursos do governo – fala-se de algo entre R$ 50,00 e R$ 250,00 mensais por família – e utilizados em postos comerciais cadastrados. O dinheiro somente seria empregado para a compra de alimentos pré-escolhidos (nada de biscoitos ou iogurte), estando vetada a compra de produtos de limpeza, higiene e outros... Nos rincões atrasados e bolsões de miséria seriam utilizados vales distribuídos pelo poder local.

Causa um certo espanto o caráter restritivo do "benefício". Afinal, no interior mesmo da lógica liberal, a família ou o indivíduo poderia decidir se está passando fome naquele momento ou se a necessidade imediata implica comprar também sabão. Daí as críticas iniciais – já, convenientemente, retiradas, é verdade – do senador Eduardo Suplicy ao FZ.

Mas o problema principal não é tanto a restrição do benefício e sim o espaço que este cria para a renovação do clientelismo. Senão vejamos. Nos centros urbanos desenvolvidos o cartão cumpre o papel de mediação do trabalhador com o Estado, aumentando a dependência da classe em relação às políticas "públicas". A "nova pobreza" oficializada pelos programas sociais compensatórios é bastante útil eleitoralmente.

Não devemos nos esquecer que José Serra obteve 33,3 milhões de votos. Número muito próximo dos 32 milhões de "beneficiários" dos programas redistributivos federais. Não parece simples coincidência se levarmos em conta que a votação de Serra superou em 3,3 milhões de votos os prognósticos mais otimistas, inclusive de seu próprio partido.

Os tíquetes-alimentação também satisfariam velhas necessidades dos novos aliados petistas – principalmente, a oligarquia fundiária nordestina – pela utilização clientelística do benefício, reforçando as relações assistencialistas com o poder local em relação às quais o petismo sempre fora crítico. Afinal, não existe uma distância muito grande separando os tíquetes das cestas básicas distribuídas pelo governo federal ■

GUSTAVO SIXEL   FONTE: IBGE

Quem tem fome quer emprego, salário e terra

O combate à fome somente trará resultados verdadeiros para a classe trabalhadora brasileira caso inserido num movimento mais amplo de ruptura anti-capitalista com a lógica da gestão neoliberal. E não por intermédio de um instrumento claramente identificado com a desmobilização das massas em relação ao aumento do salário mínimo ou com a tentativa de incorporação do MST a essa mesma lógica de administração da crise do Estado e do capital.

É somente por meio de um processo que rompa com o FMI e a Alca, não pague a dívida externa e interna aos grandes banqueiros e especuladores, universalize o emprego com proteção social, diminua a jornada de trabalho sem redução salarial, invista num plano abrangente de obras públicas e realize uma reforma agrária radical que o problema da fome – isto é, o problema estrutural da miséria do povo – poderá ser atacado de maneira conseqüente.

Afinal, quem tem fome quer emprego, salário e terra. E não um programa que simplesmente conserve as diretrizes da agiotagem internacional e reproduza a lógica do clientelismo eleitoral ■

SINDICALISTAS DO PSTU ENTREGAM CARTA A LULA EXIGINDO REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

Na reunião que o Presidente Lula realizou com os sindicalistas, no dia 26 de novembro, os militantes do PSTU que integram a Executiva Nacional da CUT entregaram ao presidente eleito uma carta, exigindo do futuro governo um conjunto mínimo de medidas em benefício da classe trabalhadora, que expressam simplesmente as reivindicações mais urgentes e imediatas dos trabalhadores e da própria CUT até meses atrás. A imprensa burguesa – Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo – referiram-se em tom jocoso a estas exigências. A FSP ironizou as reivindicações, referindo-se a elas como "coisa pouca", afirmando que deveríamos "esperar sentados". (FSP - Painel - 01/12/2002). A maioria da CUT, por sua vez, já entra em cena arriando suas bandeiras, ao abandonar a reivindicação de salário mínimo de 100 dólares já. Atrelado ao FMI e às negociações da ALCA, Lula não tem se comprometido sequer com reivindicações mínimas dos trabalhadores, enquanto acena com reformas que prosseguem no rumo da privatização do Estado e transferência de seus recursos para banqueiros e empresários, como, por exemplo, na disposição de realizar a reforma da previdência. Abaixo publicamos na íntegra a carta dos sindicalistas do PSTU."

Carta ao Presidente Lula

A classe trabalhadora brasileira - cansada destes 8 anos de FHC, FMI e neoliberalismo, que retirou e flexibilizou direitos, promoveu desemprego e arrochou salários para remunerar os banqueiros e grandes empresários internacionais e nacionais - deposita grandes expectativas de mudança com o seu governo.

Os banqueiros internacionais - e também banqueiros e grandes empresários nacionais - que lucraram tanto nestes anos sob o modelo econômico do FMI e do governo Fernando Henrique, levaram o Brasil a uma grave crise e querem, mais uma vez, que a classe trabalhadora pague o preço dessa crise.

Nós, sindicalistas, dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, nos dirigimos a você, neste momento, para apresentar um conjunto mínimo de reivindicações em benefício da classe trabalhadora e da maioria do povo pobre do nosso país, para que não sejamos nós trabalhadores a pagarmos o pato na crise que o FMI, a Febraban, a FIESP e toda patronal desse país criaram.

Para que haja Fome Zero precisamos de Emprego, Salário, Terra e Liberdade.

Por isso, reivindicamos:

a) Salário mínimo equivalente a 100 dólares (R$ 350,00) agora, conforme reivindicação da CUT em anos anteriores, para chegarmos no curto prazo ao salário mínimo do Dieese, capaz de sustentar uma família.

b) Estabilidade no emprego; Proibição da demissão imotivada; redução da jornada de trabalho para 36h, sem redução dos salários e sem flexibilização.

c) Aumento geral dos salários e gatilho, porque só os salários na verdade não têm tido aumento (sem falar nos casos mais graves, como o do funcionalismo federal, com salários congelados há 8 anos). Tudo o mais já subiu de preço: alimentos, gás, remédios, tarifas públicas, gasolina... É preciso reduzir e congelar as tarifas de Água, Luz e Combustível.

d) Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores sem-terra.

e) Defesa da Previdência Pública e do Regime de Repartição; Contra a privatização através dos fundos de pensão e aposentadorias complementares.

f) Direito à organização de comissão de empresa com estabilidade. Liberdade de organização dos trabalhadores dentro das empresas e locais de trabalho. As mudanças na legislação trabalhista e de organização sindical devem ser para ampliar - e não para retirar ou flexibilizar - direitos e também para fortalecer a organização dos trabalhadores.

Estas reivindicações mínimas podem ser perfeitamente atendidas. Para fazê-lo, entretanto, é preciso parar com a sangria de recursos que são desviados para fora do país e para o bolso dos banqueiros, que ficam com mais de 70% das verbas do Orçamento, direcionadas para pagar juros e parcelas da dívida. A nossa opção deve ser a de que os banqueiros e grandes empresários se sacrifiquem, pois são ricos. Por isso, não devemos fazer pacto social com a Febraban, FIESP e demais organizações empresariais, que colocam o lucro acima do emprego e da vida, mas um pacto entre os trabalhadores, para fazer as mudanças que o Brasil precisa.

É preciso parar com a entrega e defender a soberania do país.

É necessário, presidente Lula, retirar imediatamente o Brasil das negociações da ALCA e cancelar o acordo com os EUA sobre a Base de Alcântara, conforme a vontade expressa no Plebiscito sobre a ALCA realizado pelos movimentos sociais. É preciso também romper com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa e realizar a auditoria desta dívida, conforme determina a Constituição Federal.

E neste sentido, fazemos nossa a exigência de todos movimentos sociais que estão na campanha contra a ALCA, a dívida e a militarização que vem sendo imposta a toda a América Latina:

Pedimos a convocação de um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, em 2003, para que seja o povo a decidir soberanamente os destinos do nosso país, rechaçando a tentativa do governo dos EUA de transformar nosso país em uma colônia, através da ALCA.

Respeitosamente,

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA - da Executiva Nacional da CUT
JUNIA GOUVEIA - da Executiva Nacional da CUT
DIRCEU TRAVESSO - da Executiva Nacional da CUT

O GOVERNO MITTERRAND, SUAS PERSPECTIVAS E NOSSA POLÍTICA

ESTA É A TERCEIRA E ÚLTIMA PARTE DE "O GOVERNO MITTERRAND, SUAS PERSPECTIVAS E NOSSA POLÍTICA". ELA TRATA DA POLÍTICA PROPOSTA POR NAHUEL MORENO PARA A OCI(U) DIANTE DO GOVERNO DE FRENTE POPULAR RECÉM ELEITO DE FRANÇOIS MITTERRAND, DO PARTIDO SOCIALISTA FRANCÊS.

ESPERAMOS QUE A PUBLICAÇÃO DESTE TRABALHO TENHA AJUDADO NOSSOS LEITORES A COMPREENDER AS BASES TEÓRICAS E POLÍTICAS QUE FUNDAMENTAM A ORIENTAÇÃO DO PSTU DIANTE DO GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

Nahuel Moreno

PREPARAR A DEMOLIÇÃO DO REGIME

Nos próximos três ou quatro anos, acreditamos ser improvável que o proletariado francês, ou de qualquer outro país desenvolvido, sofra uma derrota contra-revolucionária do tipo histórico, em qualquer uma de suas variáveis.

Por isso, não consideramos, entre as diferentes perspectivas abertas de imediato, a possibilidade de que o governo bonapartista e frente-populista de Mitterrand cumpra o papel de Pinochet, contra a revolução. Tal coisa foi feita na revolução espanhola por Negrín, associado ao Kremlin, e no início da revolução alemã, com a social-democracia. Nestes casos, houve uma contra-revolução democrática frente-populista, que lentamente levou a Alemanha ao nazismo, e rapidamente levou a Espanha ao franquismo. Na França não existe nenhuma possibilidade imediata de que isso se repita, mas é bom recordar esses fatos para temos sempre presente tudo o que os governos como o de Mitterrand são capazes de fazer para salvar o capitalismo.

Ao invés destas hipóteses pessimistas, a situação francesa nos induz a outra possibilidade: a de prepararmos e atuarmos para fazer com que seja produzida a *"primeira onda"*, e que esta não se detenha e que a classe operária possa fazer explodir a V República com seus governos de direita e frente-populistas, e o regime imperialista que os mantém.

SECTARISMO E TROTSKISMO

No movimento marxista revolucionário, todo novo fenômeno origina a reaparição inevitável do sectarismo e do oportunismo. Entre outras razões, pelo fato de que tanto os sectários quanto os oportunistas estão unidos pelo mesmo método, definido por Trotsky quando disse:

"O pensamento oportunista, assim como o sectário, possui características em comum: da complexidade das circunstâncias e das forças, extraem um ou dois fatores, que lhes parecem os mais importantes - e que de fato, às vezes são -, e isolam esses fatores da complexa realidade, atribuindo-lhes uma força sem limites nem restrições" [1].

O choque entre o sectarismo e o oportunismo surge, do ponto de vista metodológico, do fato de que o elemento que um torna absoluto é o oposto do que o outro absolutiza. Nenhum dos dois atenta para o fato de que ambos os elementos são parte da realidade.

Diante de um governo frente-populista, qual é o elemento que o sectário torna absoluto? Que é um governo burguês. Essa afirmação, tomada sem levar em conta o resto da realidade, acaba por levá-los a considerar que é um governo igual a todos os demais governos burgueses.

O sectário se nega a considerar duas questões fundamentais. A primeira e decisiva, é a de que os operários consideram este governo como seu, porque nele estão os partidos operários. Ou seja, consideram o governo frente-populista burguês, e portanto contra-revolucionário, como seu governo, como se fosse um governo revolucionário. É impossível maior confusão na mentalidade da classe operária. A outra característica é que a burguesia não considera este governo como seu, e portanto, o enfrenta, combate, seja eleitoral, política ou fisicamente (através de um golpe). Um marxista não pode deixar de considerar estes dois fatos.

No entanto, o sectário nega-se a modificar sua linguagem, sua tática, suas palavras-de-ordem anteriores. Em épocas *"normais"*, quando o governo burguês é odiado pelo movimento operário organizado, é correto levantar, como fez a OCI francesa durante o governo de Giscard, diferentes palavras-de-ordem cujo eixo é *"Fora o governo burguês"*. Na Rússia czarista, a grande palavra-de-ordem era *"Abaixo o governo czarista"*, juntamente com "Constituinte", e uma série de outras palavras-de-ordem de governo, como a de *"Ditadura do proletariado"* (por parte de Trotsky) ou *"Ditadura democrática revolucionária operária e camponesa"* (por parte dos bolcheviques).

Porém, esta política e estas palavras-de-ordem tão transparentes, esta tática inequívoca de enfrentar e tentar derrubar o governo burguês se complica quando este é frente-populista ou operário-capitalista. Nestes casos, não podemos dizer como antes, *"Fora o governo"*, porque o governo burguês não é *"normal"*.

O sectário, com o argumento de que os dois são iguais, nega-se a modificar suas palavras-de-ordem e sua linguagem, pisoteando assim as ilusões e as crenças das massas. Em última instância, expressa um desprezo pequeno-burguês pelas aspirações dos trabalhadores.

Lênin e Trotsky eram tão atenciosos com relação à falsa consciência, que ambos levantaram palavras-de-ordem parecidas para relacionar os revolucionários com o movimento operário, no início dos governos frente-populistas. Enquanto as massas acreditavam no Governo Provisório russo, Lênin não propôs a sua derrubada. Lançou a orientação de *"explicar pacientemente"* às massas, todos os dias, que este era um governo contra-revolucionário. A essência de sua paciente explicação quotidiana às massas era: *"Se vocês acreditam que este é seu governo, não lutaremos agora para que ele caia. Porém, ele não é assim, é inimigo. Vocês querem a paz, e ele prolongará a guerra, ele possui interesses na guerra. Este é um governo capitalista, imperialista. Vocês querem pão e terra. Nunca terão isso, porque este é um governo dos donos do pão e da terra, dos grandes capitalistas e grandes proprietários de terra. Somente um governo dos sovietes, dos operários e camponeses pobres, poderá lhes dar a paz, o pão e a terra! Quando estiverem convencidos de que este governo é seu inimigo, o inimigo dos operários e camponeses pobres, nós o derrubaremos!"*.

Na França, em meados de 36, Trotsky tinha a mesma tática que Lênin em 17. Ou seja, a de *"explicar pacientemente"*. Defendeu como orientação, *"não excitar"* contra o governo de Blum. Nossa política de **mobilização** devia ser a de nos opormos à burguesia, que se opunha a Blum.

"DIANTE DE UM GOVERNO FRENTE-POPULISTA, QUAL É O ELEMENTO QUE O SECTÁRIO TORNA ABSOLUTO? QUE É UM GOVERNO BURGUÊS. ESSA AFIRMAÇÃO, TOMADA SEM LEVAR EM CONTA O RESTO DA REALIDADE, ACABA POR LEVÁ-LOS A CONSIDERAR QUE É UM GOVERNO IGUAL A TODOS OS DEMAIS GOVERNOS BURGUESES"

NOTAS

1 Trotsky, L. "Os ultra-esquerdistas em geral e os incuráveis em particular". In: La Revolucion Espanola, Ed. Fontamara, 1997, Tomo II, p. 172.

Ou seja, considerava que no início do governo frente-populista, o principal inimigo era a burguesia e não o governo que possuía a confiança dos operários e a oposição dos burgueses.

Por isso, insistiu para que se levantassem palavras-de-ordem de mobilização contra a burguesia, retomando a velha bandeira bolchevique que a partir de então passou a ser uma posição *"clássica"* e principista contra as Frentes Populares: *"Fora os burgueses da Frente Popular"* (antes que assumam o governo) e *"Fora os ministros burgueses"* (depois de assumirem o poder).

Em determinados momentos, a política sectária leva diretamente à traição. Por exemplo, quando estoura uma guerra civi1 ou um golpe bonapartista contra um governo frente-populista ou operário capitalista. Os sectários e ultra-esquerdistas negam-se a combater do lado do governo, contra a reação. Fundamentam tal política no fato real de que esta é uma guerra entre dois governos burgueses, porém isto os leva ao absurdo de não saberem qual a sua trincheira ao lado da classe operária, contra o golpe, até que tenhamos convencido os trabalhadores de que o governo frente-populista não é um governo seu e de que temos que derrotá-lo.

Lênin combateu ao lado de Kerensky para evitar a vitória de Kornilov. Trotsky, ao lado de Largo Caballero e Negrín, contra o golpe fascista de Franco.

Estes ensinamentos de Lênin e Trotsky têm uma aplicação na França de Mitterrand. Exigem, categoricamente, que modifiquemos a anterior palavra-de-ordem de *"Fora o governo burguês de alternância no poder"* através de uma greve geral (que foi correta com De Gaulle, Pompidou e Giscard), pela orientação de Lênin, de *"explicar pacientemente"* e, pela de Trotsky, de *"não excitar"*. Seria um crime, chamar a greve geral para derrubar o governo, agora que o movimento operário organizado francês e sua vanguarda acreditam nele. A **greve geral terá que ser preparada, neste momento, contra a resistência da burguesia e contra seus planos anti-operários e anti-populares.**

OPORTUNISMO E TROTSKYSMO

Porém, na etapa de governo Frente-populista, **o maior perigo** que espreita o movimento revolucionário é o **oportunismo**. Desse mal sofreram o Partido Bolchevique, frente ao Governo Provisório, antes da chegada de Lênin; o movimento trotskista francês frente a Blum, e o espanhol frente a Largo Caballero-Negrín.

Como o governo frente-populista sempre é conseqüência de uma vitória do movimento operário, abre uma etapa onde este acredita que possui um governo que está do seu lado, e que irá solucionar os problemas.

Produz-se uma embriaguez generalizada, que se infiltra nas fileiras do movimento revolucionário. Os dirigentes sofrem uma pressão ainda maior e podem se confundir mais do que a base, pois são o alvo direto do trabalho de abrandamento realizado pelos líderes burocráticos governantes.

> **"PRODUZ-SE UMA EMBRIAGUEZ GENERALIZADA, QUE SE INFILTRA NAS FILEIRAS DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO. OS DIRIGENTES SOFREM UMA PRESSÃO AINDA MAIOR E PODEM SE CONFUNDIR MAIS DO QUE A BASE"**

Já vimos que o oportunista, assim como o sectário, se caracteriza por extrair da realidade alguns poucos elementos, superdimensioná-los e acreditar que são **toda** a realidade.

Quais os elementos que o oportunista superdimensiona? **As ilusões ou as supostas ilusões das massas.**

A classe operária sempre tem uma terrível ilusão em seus dirigentes burocráticos. Quando estes assumem o novo governo, inicialmente aquela ilusão se multiplica ou se combina com duas outras, tão ou mais nefastas que a anterior: as massas acreditam que este governo é *"seu"* e que deixou de ser inimigo.

As velhas e novas crenças se confirmam quando vêem que a burguesia se opõe, odeia e enfrenta o governo. Para as massas, fica nitidamente gravada a grande ilusão de que seu único inimigo é a burguesia.

O oportunista isola esta falsa consciência, geralmente exagerando-a, e formula toda ou quase toda sua política acomodando-se a ela.

A BURGUESIA É O ÚNICO INIMIGO?

Desta forma, o oportunista passa a combater somente a burguesia, deixando de lado a denúncia sobre os partidos operários contra-revolucionários e seu governo.

Esta análise e esta política são equivocadas e perigosas porque a razão de ser do trotskismo é a de enfrentar, sempre, **dois** inimigos mortais: no conjunto da sociedade, enfrentar a burguesia com o método de classe contra classe; e no interior da própria classe, enfrentar as burocracias sindicais, social-democratas e stalinistas, que se incrustaram dentro da classe como casta parasitária para servir à burguesia.

Na realidade, são duas lutas que formam as duas faces de uma mesma moeda, pois o movimento operário não poderá derrotar a burguesia enquanto não derrotar o inimigo interno, pérfido e sinistro.

O sectário simplifica a questão acreditando que, quando a burocracia assumir o governo, se converterá em burguesia ou se confundirá com esta. Ao invés de denunciar dois inimigos, também denuncia um só, sem distinguir que, ainda que estejam co-governando, a burguesia e a burocracia mantêm rixas, se enfrentam e podem até chegar à guerra civil, uma mantendo sua identidade com a classe social dominante, e a outra como casta parasitária do movimento operário.

Por sua parte, o oportunista também distingue um só inimigo, a burguesia. Congela a luta contra a burocracia sindical, stalinista e social-democrata, e passa a considerá-la como aliada, segura ou instável - mas aliada - contra a burguesia. Sua política reflete simetricamente a ilusão das massas. E o pior é que fazem tal coisa precisamente no momento em que os burocratas, o PC e o PS, começam a governar e. por isso mesmo, a se desmascararem mais do que nunca como traidores a serviço do capital.

Tanto é que para os oportunistas, a burocracia desaparece da vida quotidiana, de sua imprensa e até das perspectivas a longo prazo, convertida em uma aliada ou em um fantasma sem importância, exatamente **quando ela está jogando todo o peso de seu papel contra-revolucionário.**

Quando a Frente Popular governa, os oportunistas repetem o mesmo erro, só que muito mais grave, que é o de propor a frente única às organizações da burocracia operária e, em nome dessa frente única, deixar de criticá-las sistematicamente.

Tal coisa é contrária ao leninismo e ao trotskismo, para quem sempre existiram, ao mesmo tempo, dois inimigos, ainda que devam ser enfrentados com táticas diferentes, Quando nos unimos circunstancialmente à burocracia, contra a burguesia, ainda assim não deixamos de denunciar suas capitulações.

A OCI(U) nos deu um bom exemplo desta política trotskista, antes da vitória de Mitterrand: sem nenhum sectarismo, propôs ao PC a unidade com o PS para derrotar Giscard. Enquanto fazia isso, denunciava a cada minuto suas traições nacionais e internacionais.

Esta é a dupla luta trotskista, que deve ser mantida depois que o PC e o PS assumem o governo. Temos que continuar travando **contra ambos** uma luta implacável, como a que a OCI(U) travou contra o PC, antes das eleições.

E O IMPERIALISMO E AS FORÇAS ARMADAS?

O oportunista deixa evaporar a luta contra os aparatos burocráticos que estão no governo, e se limita à luta econômico-política (mais econômica do que política) contra a burguesia.

Esta limitação conduz, inevitavelmente, à outra. A burguesia se reduz a um conceito ideal e metafísico, sem ser considerada como realmente é: dona absoluta do centro do Estado burguês, que são as Forças Armadas; classe que realiza com esse exército a exploração não só do proletariado metropolitano, mas do proletariado das colônias e semi-colônias.

Assim, fala-se muito da *"burguesia"*, mas não se diz nada sobre o fato de que, em Otawa, o governo se alinhou ao plano contra-revolucionário de Reagan; de que se mantêm o exército colonial e semi-colonial e a exploração dos povos do ultramar; e que a casta de oficiais do exército burguês continua intocável, e a ela se faz culto e homenagem.

Sobre tudo, a respeito destes, que são os componentes essenciais da burguesia francesa, o oportunista não diz uma só palavra. É que, ao capitular aos aparatos burocráticos governantes, o oportunista acaba por capitular à sua base social - a pequena-burguesia e a aristocracia operária - que recebem as migalhas da exploração imperialista.

Com os desvios oportunistas, sempre ocorreu a mesma coisa. Por isso, existe um teste infalível para comprová-los. Tomemos uma corrente oportunista francesa, a mais típica que teve o trotskismo francês, que é a corrente de Pablo, e leiamos seu jornal: qual é o espaço que dedica, diariamente, para denunciar o imperialismo francês e suas Forças Armadas?

O teste é infalível. Pablo não luta contra o imperialismo francês nem contra seu exército É um oportunista clássico. É possível aplicar o mesmo teste a todas as correntes que se reivindicam da classe operária e determinar quais são as que embarcaram no mais abjeto dos oportunismos: o abandono da luta contra seu imperialismo e seu exército burguês.

UM SILÊNCIO CÚMPLICE...

Desde que Mitterrand assumiu o governo, o oportunista nos propõe que não nos choquemos com as ilusões das massas, e que, para evitar tal coisa, **calemos a boca** no que diz respeito ao governo, **pelo menos por enquanto**.

Já sabemos que quem cala consente. Essa posição irá aparecer na prática **no perdão ao governo por seus erros**. Por exemplo, Pablo cala a boca ou não realiza uma campanha denunciando que foi **o próprio Mitterrand** quem colocou sua assinatura na Reunião de Cúpula de Otawa. Também não denuncia que é **o governo** quem realiza novas intervenções imperialistas e defende a ferro e fogo as Forças Armadas francesas.

Todos os oportunistas procedem da mesma maneira, o que os leva a culpar a burguesia ou a herança de Giscard, quando o governo aumenta a luz, o gás, a eletricidade, o transporte, a gasolina, e em geral o custo de vida e o desemprego. **Não falam do governo, ou falam dele elíptica e ocasionalmente.**

Por que fazem isso? Muito simples: dizem, coisa que é certa, que as massas acreditam no governo e não desejam enfrentá-lo, mas dialogar com ele. Assim, o partido revolucionário tem que ser o porta-voz deste diálogo, para acompanhar a experiência das massas. Quando elas estiverem prontas a descobrir que o governo é contra-revolucionário, já nos sovietes e às portas da revolução, só então nós lhes diremos, para que elas terminem de tirar a conclusão: ***"temos que estar a um passo, só um passo, à frente das massas"***.

Tão simples quanto equivocado. Diabolicamente, confundem as coisas sobre as quais temos a obrigação de estar muito à frente das massas - a denúncia, a educação, a propaganda - com aquelas sobre as quais temos que estar colados às massas: as propostas para a ação.

O oportunista não faz nem uma coisa nem outra. Nem propaganda, nem propostas para a ação: e, calando a boca sobre o governo, **renuncia à construção do partido.**

Nesta época de crise mundial do imperialismo, o eixo central de toda nossa política tem relação com o governo, com o poder.

Quando uma Frente Popular assume o governo, esta questão tende, rapidamente, a tornar-se **imediata**, pois entra-se em uma etapa superior, onde quase sempre a realidade objetiva coloca o *"tudo ou nada"*. Não é por acaso que definimos a Frente Popular como um *"último recurso"*.

Quando a Frente Popular governa, as possibilidades de vitória tendem a estar mais próximas do que nunca, às vezes ao alcance das mãos. Ou seja, abre-se a perspectiva de que as massas, tendo à sua frente o partido revolucionário, derrubem e substituam a Frente Popular.

Por isso torna-se imprescindível desmascará-la diariamente, preparando os trabalhadores na perspectiva da insurreição. Para que as massas, com falsas ilusões, possam entender nossa proposta, a política revolucionária deve possuir dois aspectos: a explicação, pela **negativa**, do caráter traidor e contra-revolucionário do governo, que deve ser sistemática, aproveitando as múltiplas oportunidades para isso; e a colocação, pela **positiva**, de que governo propomos em seu lugar, ainda que a princípio **não digamos diretamente *"Abaixo o atual governo"***.

Estas têm sido as características da política leninista-trotskysta diante das Frentes Populares, a partir de Kerensky - a primeira que se conheceu - e desde então até nossos dias.

"DESDE O PRIMEIRO DIA, LÊNIN, COM UM PÉ NO TREM BLINDADO, PROCLAMOU "NENHUMA CONFIANÇA EM KERENSKY", APESAR DOS BOLCHEVIQUES SEREM UMA PEQUENA MINORIA E A CONFIANÇA DAS MASSAS NO NOVO GOVERNO SER ESMAGADORA. NESTE ASPECTO, LÊNIN NÃO SE DISTANCIOU UM PASSO DAS MASSAS, MAS MIL."

A princípio, os bolcheviques não chamaram à derrubada do Governo Provisório russo de 1917. Mas, desde o primeiro dia, Lênin, com um pé no trem blindado, proclamou ***"nenhuma confiança em Kerensky"*** e passou a desenvolver a campanha contra ele, **denunciando sem piedade cada uma e todas as suas medidas contra-revolucionárias**, apesar do fato dos bolcheviques serem uma pequena minoria e a confiança das massas no novo governo ser esmagadora.

Neste **aspecto**, Lênin não se distanciou **um** passo das massas, mas **mil**. Seu único limite foi o de não chamar à derrubada imediata do governo, enquanto as massas não compartilhassem dessa colocação e acomodar, cuidadosamente, a alternativa de poder - ou seja, a colocação **positiva** de que tipo de governo queremos - às circunstâncias que se transformavam. Neste aspecto, manteve-se **ligado às massas**.

Porém, a *"explicação paciente"* de que se tratava de um governo contra-revolucionário, ou seja, a colocação pela negativa, foi iniciada por Lênin no primeiro dia e não foi abandonada até a queda daquele governo. Por isso, teve que começar a impor tal coisa a seu próprio partido, com o qual ameaçou **romper se não abandonasse o curso oportunista** que lhe havia sido imposto, entre outros, por Stálin, calando-se diante do governo e apoiando suas medidas positivas.

Frente ao governo de Blum, Trotsky procedeu de forma semelhante. O primeiro número de *La Lutte Ouvrière,* jornal da seção francesa, **foi fechado pela Frente Popular. Seu conteúdo, assim como o conteúdo dos exemplares posteriores, mostra, principalmente através dos artigos assinados pelo próprio Trotsky, a campanha de denúncia do governo e a proposta alternativa de poder, ainda que não chamasse o proletariado a se mobilizar contra o governo, e sim contra a burguesia e o imperialismo.**

Logicamente, o oportunista, como por exemplo Pablo, sempre pode mostrar a vez em que disse defender ***"o governo operário e camponês"*** ou ***"tirar os ministros burgueses do governo"***. Para Lênin e Trotsky, não é essa a questão, mas sim fazer **campanhas permanentes, de ter como eixo da política a denúncia do governo frente-populista e a colocação positiva de um novo governo.**

Diz o ditado: *"diga-me com quem andas e te direi quem és"*. Poderíamos parafraseá-lo dizendo: *"diga-me o que dizes todos os dias sobre o governo, diga-me que outro tipo de governo propões, e te direi quem és"*.

O provérbio, assim modificado, e aplicado às tendências operárias, inclusive às do nosso movimento, é um segundo teste para os oportunistas, tão infalível quanto o primeiro.

Porém, existe um terceiro, igualmente eficaz. O das lutas operárias, que já começaram em pequena escala. Sob a Frente Popular, mais do que sob um governo burguês *"normal"*, toda luta implica - direta ou indiretamente - em desobedecer, contradizer e até enfrentar o governo no qual participam os burocratas sindicais.

Portanto, o oportunista cai no ridículo, porque ele não quer atacar o governo e nem os aparatos burocráticos. Então tem que optar: está do lado das greves ou está do lado do governo.

E aqui começam os seus problemas. Começa a sugerir, por exemplo, que não se deve fazer greves nem exigências. Ou que as greves estão mal dirigidas porque *"separam"* os operários do governo.

Para comprovar isto, basta acompanhar a imprensa francesa: aqueles que não dedicarem o espaço central para apoiar incondicionalmente as lutas que já se iniciaram, como parte do processo objetivo de preparar e impulsionar a *"primeira onda"* e postular-se como a nova direção revolucionária da mesma, estão fazendo pablismo, oportunismo conseqüente.

A capitulação ao governo frente-populista se estende, por sua própria dialética, a todos os terrenos. De fato, o oportunista deixa de se apresentar frente às massas como uma nova alternativa: não tem nada fundamentalmente **diferente** para propor. Sem política precisa, com palavras-de-ordem erráticas, sem uma propaganda pela negativa e pela positiva no que diz respeito à questão do poder, sem a preocupação central de colocar-se na linha de frente das lutas que anunciam a *"primeira onda"*, o oportunista não só traz desmoralização e confusão aos quadros formados ao longo de anos, como também aponta para o abandono da luta positiva pela construção do partido.

E isso é uma dupla tragédia, porque mais do que nunca na etapa da Frente Popular, é necessária e urgente a construção do partido revolucionário com influência de massas, e porque, mais do que nunca, apresenta-se um terreno favorável para conseguir tal coisa.

Hoje, na França, o PS amarrou o PC - imerso na crise - no governo. Fora dele, a esquerda tem todo o terreno livre para um grande partido. O trotskismo pode e deve ocupar este terreno rapidamente, com uma política revolucionária.

O oportunista tende a destruir esta possibilidade.

Como de costume, o oportunista tende a perder as maiores oportunidades.

...E UM APOIO VERGONHOSO

Já embarcado em seu caminho, o oportunista cai facilmente no apoio **aberto e vergonhoso ao governo.** Dentro de sua lógica, este é um passo coerente.

Como é guiado pela lei absoluta de não se chocar com as massas, no mínimo não vai se chocar quando elas festejarem uma medida que parece confirmar suas expectativas e ilusões no governo. Tal raciocínio faz com que caiam na famosa fórmula de Stálin de *"apoio às medidas progressivas e oposição às negativas"*. Lênin teve que exterminar essa orientação, pois, caso ela continuasse, teria frustrado a revolução russa.

Trotsky considerou esta fórmula a **pior e mais nefasta** fórmula do oportunismo, pois todas as medidas do governo, mesmo as aparentemente *"positivas"*, estão a serviço de seu plano contra-revolucionário. A característica deste plano consiste, exatamente, em utilizar as concessões para desmobilizar as massas e desarticular a revolução.

O que nós, revolucionários, devemos fazer diante de medidas *"progressivas"* adotadas por um governo que os trabalhadores consideram um governo *"seu"*?

UM EXEMPLO PARA ESCLARECER

Fica mais fácil compreender isso tudo comparando o país com uma fábrica. Que dizemos quando o gerente de uma empresa anuncia, por exemplo, que resolveu instalar um restaurante gratuito?

É claro que, com medidas deste tipo, a patronal pretende se antecipar ou desviar possíveis greves ou movimentos.

Nenhum revolucionário certamente teria a idéia de sair correndo para distribuir um panfleto, agradecendo ao odiado gerente e dizendo que esta é uma medida *"progressiva"*.

Utilizaríamos o restaurante mas *"pediríamos mais"*, primeiro por ser insuficiente, e segundo, por se tratar de uma manobra para que não lutemos. Explicaríamos isso aos operários, alertando que a enganosa concessão dos patrões e seu gerente canalha significa que vão nos tirar com a mão direita o que nos dão com a esquerda. Por exemplo, nos obrigar a trabalhar mais horas, além do expediente normal.

Tratando-se de um país, fazemos exatamente o mesmo. Diante das enormes concessões feitas na Espanha pelo rei Juan Carlos e pelo governo Suarèz, como o direito do voto e a legalização dos sindicatos e partidos operários, procedemos como fizemos na fábrica. Não saímos com um panfleto para agradecer ao rei. Denunciamos os traidores stalinistas e social-democratas que fizeram isso. Utilizamos as concessões, ou seja, os sindicatos e a legalidade, para continuar a luta, ainda que fosse uma manobra do franquismo e do rei para salvar o regime.

Voltando ao exemplo da fábrica. Pode ocorrer que os patrões, temerosos com a possibilidade de perder tudo, optem por promover uma manobra muito mais arriscada: fazer um pacto com a direção burocrática do sindicato para que o próximo gerente seja eleito pelos operários entre os diferentes candidatos do patronato e um designado pela própria burocracia. A eleição é realizada e o velho burocrata sindical acaba sendo eleito, burocrata sindical que poderia chamar-se Marcel Mitterrand. Nem bem se instala, o burocrata-gerente dá ordens para que o restaurante gratuito entre em funcionamento.

Frente a essa novidade - a de que o restaurante seja outorgado pelo gerente que os operários elegeram, e não pelo gerente odiado de ontem - os oportunistas se perdem.

No entanto, a essência das relações sociais e da manobra patronal é exatamente a mesma que a do caso anterior. A empresa capitalista é a mesma, a exploração é igual ou mais dura que antes, e o objetivo com o restaurante é o mesmo: fazer com que deixemos de lutar. Inclusive, atrás dele se esconde o mesmo objetivo embusteiro do gerente anterior, fazer com que trabalhemos mais horas sem remuneração.

Assim, nós, revolucionários, não temos razão nenhuma para mudar nossa política anterior. O que faremos, obrigatoriamente, é mudar a **forma** pela qual continuaremos a lutar contra a empresa, seu gerente burocrático e suas manobras enganosas.

Por exemplo, talvez não chamemos o gerente de canalha, ainda que o senhor Mitterrand mereça isso. Porém, manteremos nosso plano de utilizar a concessão e **exigir mais**, chamando os operários a lutarem por isso. Exigiremos que nos deixem controlar os livros de contabilidade da empresa burguesa que o novo gerente defende encarniçadamente; que o restaurante seja controlado pelos operários e que nossos familiares possam comer gratuitamente. E que, além disso, construam uma escola para nossos filhos etc.

Se o senhor Mitterrand responde dizendo que a situação da empresa não permite tais coisas, então, mais do que nunca, denunciaremos que ele está a serviço da empresa e que se nega a mostrar os livros contábeis, o que nos permitiria descobrir qual a situação real e adotar as medidas que esta situação exige.

Ao chegar o momento da assembléia operária, estabeleceremos que: uma vez que não nos deixam trazer nossa família para comer, nem abrem uma escola e nem abrem os livros de contabilidade, nos vemos obrigados a **não votar** a favor no restaurante por que este é um tapa-buraco do gerente, o senhor Mitterrand, para encobrir o patronato.

Quando se trata de um país, devemos fazer a mesma coisa. Se, ao invés de Juan Carlos e Suàrez, os salvadores do franquismo fossem Juan Carlos e Felipe Gonzàlez, diante de concessões preventivas, o essencial de nossa política deveria ter se mantido. Não poderíamos calar nossa boca frente a Felipe Gonzàlez e nem considerar *"progressivas"* suas concessões enganosas. E se o secretário-geral da social-democracia espanhola tivesse assinado o pacto de La Moncloa, não da forma como fez - como chefe de partido - mas como primeiro-ministro nossa denúncia deveria ter sido tanto ou mais dura do que foi. Talvez, sem tratá-lo de canalha e traidor, devêssemos mostrá-lo como um dos maiores contra-revolucionários operários existente hoje na Espanha, agente da monarquia e do franquismo. E, pior ainda, num momento em que é ele que dirige o governo. Ou seja, deveríamos ter dito o mesmo sobre ele e Carrillo, do PSOE e do PCE, durante o período em que não governaram, ainda que de outra maneira, mas de forma sistemática.

UMA POLÍTICA TROTSKISTA

As medidas *"progressivas"* de um governo burguês, seja ele frente-populista ou não, devem ser utilizadas por nós, nunca apoiadas. E as defendemos quando forem atacadas.

Os oportunistas confundem utilização com apoio. O leninismo e o trotskismo sempre defenderam os operários, suas organizações e suas conquistas - inclusive as indiretas, que aparecem como concessões do governo, mas que são também produto da luta, atual ou potencial. Tal defesa é duplamente obrigatória, quando o governo e a burguesia atacam essas conquistas ou quando a reação pretende liquidá-las.

Esta conduta nada tem a ver com o apoio às medidas *"positivas"* de um governo burguês de qualquer tipo. Nós não apoiamos, não votamos, não agradecemos e nem dizemos que o fato do gerente Mitterrand conceder um restaurante, ou do presidente Mitterrand decidir as 39 horas semanais de trabalho, significa uma mudança social. Nós utilizamos essas medidas. Não vamos trabalhar 40 horas. Mas explicamos que as 39 horas são um engodo, que queremos 35 horas e, especialmente, a escala móvel de salários.

Se amanhã a burguesia, seus fura-greves e seus partidos fizerem uma campanha nas fábricas para que voltemos a trabalhar 40 horas semanais, defenderemos as 39, porque o apoio tem um significado diferente.

A mesma coisa acontece com o governo de Frente Popular, em sua totalidade. Se amanhã houver um golpe, lutaremos ao lado do governo, contra o golpe, por tudo o que ele significa nesse momento: as concessões que fez foram arrancadas do movimento operário e das organizações operárias que o apoiaram.

Frente ao golpe, defendemos o que Kerensky significou para os operários frente a Kornilov, ou o que Allende significou contra Pinochet. O que defendemos é a classe operária e suas conquistas.

> **"O QUE FAZER DIANTE DE MEDIDAS "PROGRESSIVAS" ADOTADAS POR UM GOVERNO QUE OS TRABALHADORES CONSIDERAM UM GOVERNO "SEU"?"**

Porém, mesmo nesse momento, não deixamos de denunciar seu caráter contra-revolucionário e sua responsabilidade direta pelo ataque da reação.

Por isso, **sete dias** antes do golpe de Kornilov, quando os rumores sobre ele eram massivos, Lênin escreveu:

"É difícil acreditar que possa haver, entre os bolcheviques, imbecis ou canalhas tais que agora estejam dispostos a entrar em um bloco com os defensistas (...). Frente à determinante resolução do Congresso, qualquer bolchevique que tivesse chegado a um acordo com os defensistas para 'entrar em contato' ou para expressar de forma indireta a confiança no Governo Provisório (que segundo o que se afirma se defende dos cossacos), logicamente seria imediata e justiceiramente expulso do partido".[2]

Essa foi a política de Lênin, da Terceira Internacional e de Trotsky. Contra Kerensky, os governos operário-camponeses e os frente-populistas, que eles definiram publicamente como autores de *"uma traição contínua aos interesses operários"*. Fizeram um chamado para *"demonstrar a falsidade absoluta de todas as suas promessas"*, a *"desmascará-los"* como *"um governo de capitalistas"* e *"de forma impiedosa frente as massas"*, a *"não afrouxarmos um centímetro nossa hostilidade para com ele"* e *"condenar e denunciar implacavelmente, diante das massas, todos os dirigentes que fazem parte da Frente Popular"*, porque *"trata-se de dirigir com suprema coragem as massas, contra suas direções traidoras"* para *"destruir sua fé irracional"* nesses governos, para *"tirar as massas desse engano"* e construir nosso partido e a Quarta Internacional.

2 LENIN, VI. Obras Completas, Tornos XXVI. Ed. Cartago, Buenos Aires. 1970, p. 238.

MERCOSUL: ALTERNATIVA OU VIA PARA A ALCA?

LULA FOI AOS EUA NEGOCIAR A ALCA. AS PASSAGENS PELA ARGENTINA E CHILE SERVIRAM COMO ESTÁGIOS PARA AS DISCUSSÕES COM BUSH. OS PRESIDENTES DOS EUA E DO BRASIL, AO ASSUMIREM A CO-PRESIDÊNCIA DA ALCA, SERÃO OS DIRIGENTES DAS NEGOCIAÇÕES EM SUA ÚLTIMA E DECISIVA FASE. A NOVIDADE É QUE A DIREÇÃO DO PT APRESENTA O MERCOSUL COMO UM TRUNFO PARA NEGOCIAR EM MELHORES CONDIÇÕES COM O IMPERIALISMO

EDUARDO ALMEIDA,
da Direção Nacional do PSTU

A adesão à Alca está sendo apresentada pelo governo PT como uma negociação do "Mercosul em bloco" com os EUA. Isto foi apresentado na primeira viagem à Argentina e seria, de acordo com o PT, uma "manifestação de soberania".

Antes que nada, esta discussão tem uma história. Muitos dos defensores desta tese, como Aloízio Mercadante, antes de estar no governo manifestaram a posição que **o Mercosul seria uma expressão da resistência ao imperialismo**. Agora, já no governo, apresentam **o Mercosul como uma via de negociação para a Alca**. São coisas muito distintas: na primeira versão não existiria a Alca, o que ocorre na segunda.

Já tínhamos desacordo com a primeira versão. O Mercosul está dentro dos moldes do plano neoliberal, feito por iniciativa das multinacionais presentes no Brasil, em particular das indústrias automobilísticas. Nos 11 anos de sua existência, o nível de vida dos trabalhadores de toda a região piorou muito. As grandes multinacionais utilizaram o Brasil como plataforma de exportação para os países vizinhos, ajudando a afundar suas economias. Hoje a imprensa dos países do Mercosul atribui a crise ao "Brasil", desviando o foco das verdadeiras responsáveis, as grandes empresas imperialistas instaladas na região. Mas os trabalhadores argentinos, paraguaios, uruguaios sentem na carne que o Mercosul piorou seu nível de vida.

Temos um desacordo muito maior com a segunda versão de "defesa do Mercosul", como uma via para a Alca. Significa na verdade um caminho para o desastre. A Alca não pode ser negociada. É uma totalidade que vai destruir qualquer vestígio de soberania e levar à piora qualitativa da vida de nosso povo.

A Alca significará a perda das fronteiras econômicas com a maior potência imperialista do planeta. Levará à falência uma parte das empresas, aumentando o desemprego. Significará o desaparecimento das escolas e hospitais públicos, aprofundando a crise da educação e da saúde do povo. Impossibilitará qualquer tipo de regulação, de controle sobre as empresas multinacionais, que terão o mesmo nível jurídico de Estados, podendo inclusive processar o governo brasileiro em tribunais internacionais (controlados pelos EUA).

Uma negociação que envolvesse a exportação de aço e laranjas para os EUA, como quer a burguesia brasileira e o governo do PT, não mudaria em nada a essência da Alca, de seus efeitos devastadores sobre a economia do Brasil. Significaria apenas e mais uma vez, a defesa do interesse de uma minoria (os donos das empresas destes setores) em detrimento da maioria esmagadora do povo brasileiro.

NEGOCIAÇÃO REGIONAL: TÁTICA DE BUSH PARA ANTECIPAR A ALCA

A conclusão das negociações da Alca está marcada para final de 2004, e sua implementação se daria em 2005. O governo dos EUA está desenvolvendo e implementando uma série de acordos bilaterais com países e blocos regionais com o mesmo conteúdo da Alca. Assim, a Alca seria uma realidade em muitos países mesmo antes de 2005.

Por exemplo, já está sendo implementado o ATPDEA, cujo significado em português é "Preferências Comerciais dos Estados Unidos para a Região Andina e Luta Contra as Drogas" que envolve os EUA, Colômbia, Peru e Equador. Este acordo significa a antecipação da Alca para esta região, acrescida de cláusulas que obrigam estes países a se engajarem na luta "contra o narcotráfico e o terrorismo".

O Chile, segundo país visitado por Lula, está negociando um acordo bilateral com os EUA, que seria também a antecipação da Alca, já para o início de 2003. A Bolívia já seguiu o mesmo caminho.

Uma negociação do Mercosul com a Alca, não seria portanto nenhuma "via soberana", mas a aplicação da tática defendida por Bush.

Existe também a possibilidade de que a negociação "via Mercosul" não vá adiante pela crise argentina, uruguaia e paraguaia. Neste caso, está aberta a possibilidade, também já anunciada por Aloízio Mercadante, de uma negociação bilateral entre o Brasil e os EUA.

O GOVERNO DOS EUA ESTÁ DESENVOLVENDO UMA SERIE DE ACORDOS BILATERAIS COM O MESMO CONTEUDO DA ALCA. ASSIM, A ALCA SERIA UMA REALIDADE ANTES DE 2005

Uma "negociação" como esta pode ser concluida com a redução das tarifas do aço e da laranja brasileiros, levando a aceitação e mesmo antecipação da Alca. Isso seria saudado pela grande imprensa no Brasil "como uma vitória", quando nada mais é que a derrota do povo brasileiro - uma das piores de toda sua história - pelas mãos do PT.

A ALCA É INEVITÁVEL?

Alguns tentarão minimizar este fato, dizendo que a Alca é inevitável. Não é assim. Hoje existe uma grande crise econômica e política se generalizando em toda a América Latina. A crise dos planos neoliberais está abrindo espaço para um crescente sentimento anti norte-americano. Não é por acaso que governos como o de Lula no Brasil, Lúcio Gutierrez no Equador, Hugo Chavez na Venezuela estão no poder. A América Latina está se levantando contra a dominação imperialista, e estes governos são uma expressão distorcida da vontade das massas.

Neste sentido, a ruptura do Brasil inviabilizaria a Alca. O peso econômico do país impediria um acordo continental sem nossa economia. O impacto político desta ruptura se espalharia em campo fértil, e abriria a possibilidade inédita da unidade de vários países nesta perspectiva.

A viagem de Lula aos EUA está sendo, ao contrário disto, um golpe nos trabalhadores do Brasil e do continente. Um desrespeito ao resultado do plebiscito popular. Pior que isso, abre as portas para um retrocesso histórico: **o retorno do Brasil a uma situação de colônia dos EUA**.

PLEBISCITO OFICIAL JÁ!

Por tudo isso, os ativistas comprometidos com a luta por melhores salários e empregos, por educação e saúde, contra o FMI e a Alca, devem se unificar ao redor da campanha definida pela 10ª Plenária Social.

Vamos fazer **um grande abaixo-assinado exigindo do governo Lula um plebiscito oficial**, para que o povo brasileiro possa decidir soberanamente se vai ou não aceitar este retrocesso histórico■

FOTO AGÊNCIA BRASIL

ENCONTRO. Visita de Lula a Bush desrespeita Plebiscito sobre a Alca e significa um golpe contra os trabalhadores brasileiros

"PROPOSTA DO PT LEVA

CAROLINA CORONEL/SINDISPREV-RS

NO DETALHE. Marilinda Marques Fernandes

O OPINIÃO SOCIALISTA DÁ INÍCIO NESTE NÚMERO À UMA AVALIAÇÃO DAS REFORMAS QUE O FUTURO GOVERNO LULA ESTÁ PROPONDO. COMEÇAMOS PELA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA (TEMA QUE SEGUIREMOS DEBATENDO NOS PRÓXIMOS NÚMEROS), ENTREVISTANDO A ADVOGADA MARILINDA DA CONCEIÇÃO MARQUES FERNANDES, FORMADA EM COIMBRA, ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA, QUE VIVE E ATUA EM PORTO ALEGRE, ONDE ASSESSORA O SINDICATO DOS PREVIDENCIÁRIOS

Opinião Socialista – O governo Lula vem afirmando que tem como prioridade aprovar no próximo ano a Reforma da Previdência. Embora o programa de governo do PT seja vago quanto ao conteúdo dessa reforma, há um extenso trabalho de Luís Gushiken – membro do futuro governo petista – sobre o assunto. A proposta de Reforma do PT é similar à do governo FHC?

Marilinda - A forma como está abordada a questão previdenciária no programa de governo do PT é efetivamente vaga, mas bastante elucidativa quanto às linhas que seguirá o novo governo. Os pressupostos justificativos da Reforma que o governo Lula propõe são basicamente os mesmos defendidos pelo governo FHC. Isto é, coloca ênfase num suposto "déficit" da Previdência Social, carregando nos números, apontando para algo na ordem dos R$16 bilhões. Chama a atenção para a "disparidade" de regimes previdenciários, colocando o regime estatutário dos servidores públicos como um campo de "manifesta desigualdade" e de grande " peso" para a sociedade já que segundo os seus números tal "déficit "seria de aproximadamente "R$ 50 bilhões", "representando 4,1% do PIB". Partindo da mesma e falsa base de FHC – alegando um falso déficit - as propostas defendidas pelo futuro governo do PT são muito parecidas com as de FHC. Ambas têm como objetivo ceder às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial de "contenção do déficit público", ajustamento das contas da previdência dos servidores públicos e do Regime Geral de Previdência e criar mais uma nova frente de investimento para o capital financeiro internacional via privatização da Previdência Social. Em nenhum momento vislumbramos qualquer traço ou pretensão do futuro governo em reforçar o caráter público de um instrumento tão importante como é o caso da Previdência Social para a redistribuição de renda.

OS – A imprensa tem noticiado que a proposta do PT envolveria um sistema único de previdência publica, com um teto a ser discutido (entre 10 e 20 salários mínimos) e se apoiaria em três pilares: Estado, fundos de pensão e previdência complementar. Tal proposta conta com o aplauso de empresários e banqueiros e parece querer transferir do Estado para fundos de pensão a arrecadação previdenciária. Sob o nome de "público não estatal", isso será a privatização da previdência?

Marilinda - As linhas mestras da proposta do PT de Reforma da Previdência só podem ser interpretadas como um caminho de privatização parcial da mesma. Ficando de fato a Previdência básica reduzida a um teto, hoje de pouco mais de 7 salários mínimos. E não vemos, nessa proposta, a possibilidade desse teto aumentar , uma vez que então não faria sentido o futuro Governo entrar num confronto como o que pretende com os servidores públicos e dar tanta ênfase aos fundos de pensão. Quanto à maquiagem do público não estatal, até prova em contrário só se tem comprovado como uma figura de adoçamento da opinião pública, na via de privatização e do estabelecimento do Estado mínimo.

OS - Segundo Palocci – futuro ministro da Fazenda de Lula – esta reforma é essencial para ajustar as contas públicas. Os sindicatos e fiscais da receita e da previdência, entretanto, denunciam que o alegado déficit da Previdência não existe. O que existe, segundo estas entidades, é um desvio da ordem de R$ 30 bilhões por ano da arrecadação da seguridade social para o pagamento de juros e parcelas da divida pública. Qual é a verdade sobre os números da previdência?

ARQUIVO OPINIÃO SOCIALISTA

"Lula sempre defendeu que o regime de previdência dos servidores deveria ser também dos demais trabalhadores e não o contrário. Agora, mudou"

Marilinda - Como todos os números, os da Previdência, podem ser manipulados segundo estratégias, vontade política e compromissos assumidos e é neste aspecto particular que a nossa preocupação se concentra. Pois a leitura e/ou a manipulação dos números como estamos vendo na proposta do PT, vai numa linha em tudo idêntica à do governo FHC. É sabido que em matéria de fluxo de entradas e saídas da Previdência Social têm sido lançadas como despesas todos os gastos com benefícios, inclusive gastos com benefícios assistenciais que deveriam ser concedidos com recursos do orçamento fiscal. Por outro lado, são consideradas receitas somente as contribuições sobre a folha de salários, expurgando-se as demais contribuições sociais (CPMF, COFINS, CSLL, etc.), que, constitucionalmente, são fontes de custeio também da Previdência Social.

Segundo estudo levado a cabo pelo SINDFISCO, se confrontarmos todas as receitas da Seguridade Social com as despesas gerais com o atendimento à população, o que acontece ao invés do déficit, é um superávit na ordem dos R$ 31,46 bilhões. Ocorre que o governo tem desvinculado tais recursos da seguridade social e os tem utilizado para o pagamento da dívida interna, o que representou aproximadamente 2/3 do superávit primário conseguido em todas as esferas de governo em 2001.

Na análise das contas da Previdência não têm sido considerados também os saldos positivos obtidos entre 1945 e 1980 que foram desviados para a implantação de obras de infra-estrutura como a construção de Brasilia, ponte Rio Niterói, entre outras. Caso o fossem, o fundo da previdência teria hoje algo em torno de R$ 600 bilhões.

Ademais não se contabilizam as isenções dadas a instituições de "ca-

À PRIVATIZAÇÃO”

ráter filantrópico” – um rombo de R$ 2 bilhões - e não se traz à tona o total devido em razão da sonegação de inúmeras empresas, que afetam o custeio da Previdência. Como se vê, falar em déficit, mas não esmiuçar o mesmo, é fraudar a discussão em torno do fortalecimento de uma Previdência Publica e conduzir a sociedade à inevitabilidade da privatização. A Previdência é superavitária.

OS – A mídia voltou à carga contra os “privilegiados” do serviço público e contra a aposentadoria integral, responsabilizando-os pelo “déficit” da Previdência. Dados dos servidores contradizem tal déficit: afirmam que suas contribuições asseguram a aposentadoria integral. Qual é a verdade sobre tais números e o que significará essa Reforma para os servidores públicos?

Marilinda - Antes de mais cabe salientar que a necessidade de constituição de um regime único, básico e mínimo de previdência não é uma necessidade construída no quadro da justiça igualitária e social para todos, é antes uma exigência do capital financeiro internacional no sentido de operar globalmente com regimes transnacionais e unidimensionais de previdência que assegurem a implantação e expansão de novas frentes de investimento e exploração.

Logo a discussão em torno de privilegiados está viciada de partida. Os direitos que hoje auferem os servidores públicos - estabilidade e proventos integrais na aposentadoria - só são “privilégios” por força da repetição até à exaustão na mídia, pois na essência são direitos construídos.

O Presidente eleito – Lula - sempre defendeu que o regime do servidor público deveria ser o regime de todos os demais trabalhadores e não o contrário. Agora, mudou.

Necessário se faz destacar que todo o servidor contribui para o benefício sobre o total de sua remuneração e não como o do regime geral que só contribui com 11% sobre o teto da Previdência.

Entendemos que o servidor público brasileiro deverá seguir o exemplo dos servidores franceses que não tem ao longo dos últimos anos hesitado em ir para as ruas na defesa de seus direitos.

Para os servidores , se ocorrer tal reforma significará a perda de direitos que são legítimos a qualquer trabalhador: manter o mesmo padrão que teve durante a sua vida ativa e para o qual contribuiu na medida e no valor que lhe foram impostos.

OS – O PT parece querer repetir a estratégia de FHC de dividir os trabalhadores, de jogar os trabalhadores informais contra os formais e os do setor privado contra os do setor público. A proposta de Gushiken vai trazer benefícios reais aos trabalhadores de baixa renda?

Marilinda - Em tempos da soberania do econômico em detrimento do social, vemos com frequência, em matéria de manipulação da opinião pública, a prática da divisão para reinar. Em nosso entender o projeto de Gushiken não é um projeto preocupado com uma Previdência básica forte, que assegure o padrão de vida do trabalhador de renda média e eleve o padrão do de baixa renda

É um projeto que trabalha com a implementação da Previdência Complementar, ou seja com o deslocamento de parte dos recursos dos segurados de renda mais elevada – ou acima de R$ 1.500,00 - para o setor privado. Não vemos nele preocupação de fundo com os trabalhadores de baixa renda, os quais terão que necessariamente ficar a cargo da Previdência Social básica, sem os recursos dos que têm renda mais elevada.

OS - Os sindicatos dos fiscais da receita federal denunciam que o aviltamento das aposentadorias empurra os contribuintes para a previdência privada. Segundo eles, o teto das aposentadorias era de 20 minimos e hoje está em 7 ou 8; em 1994, por sua vez, 32% dos aposentados recebiam só um salário minimo e hoje quase 66% recebem apenas esse valor. Por outro lado, a flexibilização de direitos trabalhistas e dos salários e o aumento da informalidade também vão diminuindo as receitas da seguridade. Os governos e empresários, entretanto, usam como argumento os mais de 50% da PEA (População Economicamente Ativa) que estão na informalidade – para defender rebaixar direitos do restante. Como trazer para a formalidade e assegruar direitos para todos, nivelando – os por cima e não por baixo?

Marilinda - Na verdade nos defrontamos em matéria previdenciária com uma cultura empresarial que não tem o menor respeito para com a dignidade humana, querendo impor a volta de condições próximas às vividas pelos trabalhadores no século dezenove: na qual o trabalhador ficava doente, mutilado ou velho e logo em seu lugar tinha um exército de deseperados querendo a sua vaga.

Por outro lado, ao transformar o direito a uma previdência digna em mercadoria, se remeteu o mesmo para o quadro do individual e não mais para uma questão coletiva. Só será possível trazer o trabalhador informal para a formalidade – com direitos – se for reforçada uma Previdência Pública, com um teto de contribuição e benefício dignos e com formas de reajuste que respeitem o custeio feito durante a vida ativa do segurado. Em suma só teremos uma Previdência social se ela for um instrumento de política Social e não uma via de ampliação de investimento do capital financeiro privado.

OS - Como unir todos os trabalhadores – com e sem direitos, privados e públicos e também aposentados – na defesa de uma Seguridade Social e de uma Previdência Pública, estatal e digna para todos?

Marilinda - Entendemos que tal só pode ser levado a cabo se colocarmos de novo a Seguridade Social no patamar dos Direitos, das questões de ordem pública e coletiva.

Por outro lado, levando a cabo uma discussão sobre a Previdência não nos marcos dos números apresentados de forma manipulada, mas desmascarando o falso déficit e fazendo com que a sociedade compreenda a Previdência Social como uma questão de fundo social, sob pena da sociedade brasileira se defrontar com campanhas contra a fome, contra a velhice, contra a indigência, etc.

OS - Que postura devem assumir os sindicatos e movimentos sociais diante da proposta de Reforma do PT?

Marilinda - Sabemos que se vive um momento de esperança com a vitória de Lula, mas isso não pode significar uma paralisia diante de propostas que ontem eram combatidas por serem vias de perda de direitos, de empobrecimento e fragilização da sociedade. Há que colocar com ousadia as verdadeiras propostas de consolidação e conquista de direitos e de instrumentos de defesa de um projeto onde o homem não se sinta de novo entregue a si mesmo , vitima da ruptura do contrato social ■

Foto Agência Brasil

“Lula enfrentará menos resistências, porque será um trabalhador falando para trabalhadores”

José Cechin, Ministro da Previdência de FHC

JAMES PETRAS FALA SOBRE

REPRODUZIMOS ENTREVISTA DO INTELECTUAL MARXISTA NORTE-AMERICANO JAMES PETRAS À "RÁDIO NEDERLAND", EM 12 DE OUTUBRO, DURANTE O FÓRUM "COLÔMBIA: LABORATÓRIO DA MUNDIALIZAÇÃO NEOLIBERAL", E PUBLICADA NO SITE "REBELIÓN". PETRAS FALA SOBRE A MILITARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO SIGNIFICADO DA ELEIÇÃO DE LULA PARA O CONTINENTE

Rádio Nederland: Constatamos que há um aumento da militarização na América Latina. Isso tem a ver com o fracasso do modelo neoliberal que impera nos últimos anos?

James Petras: Creio que não só fracassou o modelo neoliberal, mas que fracassaram os Estados neoliberais. Isso é mais grave para o sistema de poder e principalmente para a hegemonia norte-americana. Os governos estão cada vez mais desprestigiados, e isto tem sua expressão popular na Argentina com o slogan "que se vayan todos" (que saiam todos), que é um slogan que pode se generalizar por toda a América Latina. A militarização é um processo para criar o que eu chamo de "Estados fortaleza", que mantêm o controle, no sentido feudal, sobre governos, instituições e alguns enclaves importantes para a exportação. Ao mesmo tempo, ao redor disso há focos de violência, há controle popular quase diário nas ruas.

Esta situação cria a idéia de um duplo poder: apesar dos governos continuarem controlando os meios de comunicação e obtendo algum resultado nas eleições, em geral esse é um voto passivo, o voto dos que não são ativos na sociedade civil. Agora estão perdendo inclusive o voto passivo. Os aposentados saem às ruas, pois perderam até 90% do valor de suas pensões. Então cada vez mais está diminuindo a área de influência dos governos neoliberais e mesmo o Estado está se deteriorando. O nível de corrupção da polícia em todos os países, desde a Terra do Fogo até a Cidade do México e mais acima, é muito grande. Poderíamos dizer que a polícia enfrenta a crise através de seqüestros ou com uma dupla jornada como guardas de segurança privada, descuidando de seus deveres públicos.

ZÉ MARIA e James Petras participam de debate sobre a Guerra, no II Fórum Social Mundial

Chegou a hora das transformações, tanto da economia como do governo e do Estado, mas neste caso há grandes problemas na oposição ao sistema: a fragmentação, a competência, a imaturidade dos líderes e uma falta de sentido de responsabilidade frente à emergência. Põem suas bandeiras por cima da exigência do povo de formar conselhos ou poderes unificadores a nível nacional.

RN: O povo está dando sinais muito claros aos governos mas, salvo raras exceções, estes estão totalmente contra os que votaram neles...

JP: Creio que há duas formas de ver o povo. Tomemos o caso mais extremo de Álvaro Uribe*, que conseguiu em torno de 25% do eleitorado, apesar de ter havido cerca de 50% de abstenção nas eleições. Destes 25%, uns 15% seriam votos populares e outros 10% das classes médias e altas. Neste caso alguém poderia dizer que entre os votantes houve maioria, mas penso que devemos ver não só as eleições, mas também o processo pós-eleitoral. Aos 60 dias de sua vitória houve uma greve cívica muito grande que repudiou toda a política de Uribe e se planejou uma nova greve geral para fins de outubro.

> **"Nesses momentos você vê com quem podemos contar"**

O que isso significa? Outra expressão da vontade popular. E não só isso, uma expressão que com muita coragem está desafiando os esquadrões da morte e a militarização do país, que tentam intimidar a expressão desta vontade. Então nos perguntamos: o que é mais representativo da vontade popular, as eleições obrigatórias ou a participação nestes grandes atos públicos e voluntários?

RN: Com a vitória de Lula, que papel vai jogar o Brasil na América Latina nos próximos anos, tendo em conta sua oposição ao Plano Colômbia e à Alca e, por outro lado, sua aliança com certos setores industriais?

JP: Há duas expressões visíveis na campanha de Lula. Uma é sua base tradicional, sindical e dos setores organizados do funcionalismo público, que sempre é sólida, e representa aproximadamente de 25% a 30% de seu eleitorado. Além disso, com a crise dos últimos 8 anos do governo Cardoso, há uma radicalização dos pobres das favelas, que estão escapando das mãos de caudilhos conservadores como Maluf e outros, que manejavam e manipulavam o voto dos pobres. Nos últimos anos, e mesmo nesta campanha, se vê uma politização e radicalização das favelas, junto com um setor das classes média e alta que está subindo no trem de Lula pela modificação de seu programa e também, por que não dizer, pela oportunidade de ocupar postos no novo governo.

Então temos duas forças muito contraditórias respaldando o governo de Lula: uma que vai na direção de maiores mudanças estruturais, como os sem-terra, os pobres das favelas e os setores de classe média empobrecida; e outra, da grande burguesia industrial, dos setores inclusive oligárquicos da Bahia e do Nordeste, mais a direção do PT, que é totalmente oportunista. Zé Dirceu é em minha opinião o Felipe González do Brasil.

Essa direção procura fazer uma média entre essas forças, a partir de concessões, por um lado, e acomodamento, por outro. Por tanto, vai depender muito da forma como estas forças joguem seu papel no período pós-eleitoral. É preciso aumentar a pressão para que o governo cumpra pelo menos algumas das reivindicações tradicionais, como investimento em obras públicas, trabalho, reforma agrária e defesa do patrimônio nacional. O outro setor vai pressionar para que se cumpram os compromissos com a dívida externa e as metas do FMI.

Eu acredito que as duas coisas são incompatíveis, Lula não poderá balancear mais que as promessas que fez à direita, ao imperialismo e ao FMI, e vai estar constantemente sob pressão. O papel do PT e de seus funcionários vai ser o papel de bombeiros. Dirão "primeiro solucionaremos a crise e depois repartiremos a riqueza". E este é um "blefe", não têm nenhuma intenção de repartir. Creio que a primeira crise do governo vai ser precisamente entre o aparato do PT e as bases sociais excluídas das práticas políticas. Nesta situação, ou Lula consolida sua base dando uma virada à esquerda, ou vai ficar desgastado dentro de um ano ou menos.

RN: As expectativas são muito altas, por exemplo, dentro do MST...

JP: Inclusive dentro da cúpula do MST, na qual a maioria dos líderes apoiou Lula, mas as bases ou não o apoiaram ou apoiaram com muitas ressalvas. A direção do MST diz que apoia Lula pelas forças sociais que o respaldam, portanto a aposta deles é que as bases sociais vão ter força suficiente para levar a política de Lula em uma direção mais à esquerda.

Oxalá seja assim, mas eu pessoalmente, como ex-participante do governo socialista da Grécia assessorando os sindicatos e movimentos sociais, tenho minhas dúvidas. Eu creio que a tendência é acenar para a esquerda e girar à direita.

RN: Mas, caso Lula fracasse após gerar muita esperança em todo o Continente,

este seria um duro golpe no processo de libertação da América Latina, já que em muitos outros países também há esperanças neste momento em que Lula vai assumir o governo.

JP: Sim, porque as pessoas estão mal informadas por muitos intelectuais de centro-esquerda que estão promovendo Lula, como Frei Betto, (Leonardo) Boff, Emir Sader e outros, homens de esquerda bem conhecidos, com credenciais impecáveis, mas que, neste caso, creio que estejam semeando ilusões demais.

Eu pessoalmente acredito que vá haver um efeito duplo: por um lado, esse fracasso causará uma relativa desmoralização no Brasil, mas por outro, estimulará a radicalização das lutas extra-parlamentares, como vemos na campanha contra a Alca, que conseguiu 10 milhões de votos contra o tratado; uma campanha que se desenvolveu inclusive contra a opinião de Lula e da coalizão que o apoiava. Portanto, há duas correntes: uma, a da campanha eleitoral social-democrata de Lula (social-democrata no melhor dos casos). E outra, a campanha contra a Alca, que mostra uma organização de cem mil pessoas que chegou a mobilizar 10 milhões e é uma corrente que devemos levar em conta.

RN: Os movimentos no Equador, Perú, Bolívia, os protestos contra as privatizações, terão força para enfrentar o Plano Colômbia que está se organizando para a região?

JP: É difícil falar em frear esse processo de militarização, ainda que o povo esteja atuando e lutando, e desta maneira limitando a capacidade dos governos de atuar. No caso do Equador, em fins de outubro vai haver grandes manifestações, atividades de todas as forças sociais: sindicais, camponesas, indígenas. Unificadas ao menos no eixo de combinar forças. Isso é muito positivo pelas divisões que existem, inclusive entre os movimentos indígenas e os oportunistas, que só aparecem nas campanhas eleitorais.

Por outro lado, na Bolívia temos o caso do MAS (Movimento ao Socialismo), a segunda força eleitoral e a primeira nas ruas com os "cocaleros", servindo como um pólo que combina a luta eleitoral com a luta nas ruas, e esta dupla articulação já criou uma enorme pressão sobre Sánchez Losada** para que reconsidere a proposta de vender o gaseoduto aos EUA. Além do mais, acredito que os militares bolivianos não são homogêneos como na Argentina e no Uruguai. Há uma tradição nacionalista que continua presente, apesar da doutrinação norte-americana, e creio que deve-se manter uma visão aberta sobre o que pode acontecer na Bolívia. Há uma tremenda força popular organizada também com aliados fora do campo popular.

RN: Todos esses processos vêm ocorrendo na América Latina há vários anos, mas poderíamos dizer que se aceleraram desde o 11 de Setembro, que se tiraram as máscaras, que já não é necessário enganar tanto?

JP: Acredito que o 11 de Setembro simplesmente acelerou as tendências militaristas e terroristas do Estado imperial em Washington. Deu o pretexto para aumentar as inserções e intervenções na América Latina. A dinâmica das opções para a América Latina vêm da deterioração e fracasso do neoliberalismo, e o fracasso dos países sob mando dos EUA. A problemática da situação não está nas torres gêmeas, mas isso estimulou a ultra-direita no governo de Washington a mover mais forças militares sobre o mundo, nas Filipinas, na Ásia, etc. O Plano Colômbia existia antes, desde Clinton, e também estava formulada a Iniciativa Andina. Portanto, já tinham preparado o terreno para exacerbar estas tendências.

É perigoso para os povos em ascenso não levar em conta a necessidade de preparar-se em todos os níveis para a militarização que vem com o retorno dos golpistas.

RN: Se falava que o grande inimigo era os EUA, mas que este inimigo já não seria agora somente os EUA, mas o capital transnacional.

JP: Isso está incluso, quando falamos dos EUA não estamos falando do povo norte-americano. As multinacionais que estão se beneficiando desta política, entretanto, não influem diretamente na política imediata deste governo, como ocorria com os governos de Clinton, Reagan e Bush-pai.

Em minha opinião, este governo é mais militarista e capitalista extrativo. Isso significa que a fração do capital com interesses em petróleo e minerais predomina sobre Wall Street, e os militaristas do governo influem muito mais sobre as multinacionais que as multinacionais sobre eles.

Como exemplo, podemos dizer que um grande setor do capital está muito preocupado com a guerra, baixaram seus investimentos, enfrentam crises. O público está mais preocupado pelas centenas de bilhões de dólares que perderam seus fundos de pensão pelas fraudes e estelionatos.

Assim, o que se vê é que este governo tem um setor militarista predominante e relativamente autônomo dos interesses do grande capital. A aposta que fazem é que depois da guerra vão se abrir oportunidades. Ao mesmo tempo, estão prejudicando a economia, a balança de pagamentos externos, etc. Alguns membros do governo, inclusive, estão mais de acordo com Sharon***, no que aparece como uma extensão da política de Sharon no dia-a-dia da política dos EUA. As pessoas, por medo ou outras razões, não querem incluir a influência dos "sharonistas" no governo de Washington como um fator dinâmico da política militarista ■

"Creio que a primeira crise do governo vai ser entre o aparato do PT e as bases sociais excluídas"

*Presidente da Colômbia.
**Presidente da Bolívia
***Primeiro-ministro de Israel

LEIA NA MARXISMO VIVO 6
Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral
DE JAMES PETRAS

UM MUNDO SOCIALISTA É POSSÍVEL

NO FÓRUM SOCIAL 2003 É PRECISO DIZER EM ALTO E BOM SOM "UM MUNDO SOCIALISTA É POSSÍVEL". LUTEMOS POR ELE AGORA! ESTA CONTINUA SENDO A ÚNICA E VERDADEIRA ALTERNATIVA À BARBÁRIE CAPITALISTA

De 23 a 28 de Janeiro de 2003 ocorrerá, em Porto Alegre, o 3º Fórum Social Mundial. Neste evento, enquanto a esquerda reformista de todo o mundo estará fazendo uma grande festa em defesa da humanização do capitalismo, da "paz mundial" e saudando o governo de Lula como uma alternativa "possível" ao neoliberalismo, o PSTU e a Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI), junto com outras organizações e intelectuais de esquerda, estarão patrocinando e organizando um ciclo de debates para reafirmar a luta contra o imperialismo, a defesa da independência de classe e da revolução socialista.

Os seminários e oficinas do Ciclo de Debates "Um Mundo Socialista é Possível" discutirão temas de interesse da classe trabalhadora e da juventude do ponto de vista do marxismo revolucionário.

Os seminários debaterão desde a luta contra a nova agressão imperialista sobre o Iraque, a defesa da Intifada palestina contra a o Estado de Israel, a imposição da Alca e a resistência dos trabalhadores latino-americanos contra a recolonização imperialista, a situação da Argentina e do Equador e, em particular, a do Brasil depois da eleição de Lula como presidente da República.

As oficinas do Ciclo de Debates discutirão uma série de temas relacionados à Alca, tais como: Alca, OMC e dívida; Alca e militarização da América Latina; Alca, Mercosul e a luta dos camponeses; Alca e criminalização dos movimentos sociais; Alca, OMC e mercantilização da Educação; Alca e a luta das mulheres; Alca e racismo; Alca e ecologia.

Outras oficinas, que serão patrocinadas ou contarão com a participação do PSTU e da LIT-QI, debaterão temas como a questão do imperialismo e a crise da economia mundial, imperialismo e internacionalismo, globalização da produção e a farsa da flexibilização das leis trabalhistas, a situação da Venezuela, a criminalização das lutas dos trabalhadores na Colômbia, narcotráfico na Bolívia e a discriminalização do uso de drogas, juventude e luta anti-globalização, a ilusão das políticas sociais compensatórias, e a questão homossexual.

MARCHEMOS CONTRA ALCA NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Mas a participação do PSTU e da LIT-QI no 3º Fórum Social Mundial não será limitada aos seminários e oficinas do Ciclo de Debates "Um Mundo Socialista é Possível". No dia 27 de janeiro ocorrerá uma grande marcha que dará continuidade à campanha contra a Alca no Brasil e na América Latina.

Na ocasião será lançado o abaixo-assinado que exigirá do governo de Lula a realização de um plebiscito oficial ainda em 2003 para que o povo de nosso país decida se o Brasil deve ou não aderir à Alca.